



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MULHERES VIOLENTADAS, HOMENS AGRESSIVOS NAS
RELAÇÕES AFETIVO-CONJUGAIS – Um Estudo de Caso no Centro
de Atendimento a Mulher e a Família - CAMUF/Macapá

MACAPÁ - AP
2011

EMILIA JANAINA BARBOSA DA SILVA
RIANE FARIAS DA SILVA

**MULHERES VIOLENTADAS, HOMENS AGRESSIVOS NAS
RELAÇÕES AFETIVO-CONJUGAIS – Um Estudo de Caso no Centro
de Atendimento a Mulher e a Família - CAMUF/Macapá**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau em Licenciatura e
Bacharelado em Ciências Sociais, pela
Universidade Federal do Amapá.
**Orientadora: Prof.^a Ms. Iraci de
Carvalho Barroso**

MACAPÁ - AP
2011

EMILIA JANAINA BARBOSA DA SILVA

RIANE FARIAS DA SILVA

**MULHERES VIOLENTADAS, HOMENS AGRESSIVOS NAS
RELAÇÕES AFETIVO-CONJUGAIS – Um Estudo de Caso no Centro
de Atendimento a Mulher e a Família - CAMUF/Macapá**

BANCA EXAMINADORA:

**Prof.^a Ms. Iraci de Carvalho Barroso – UNIFAP
ORIENTADORA**

Prof.^a Maria do Socorro dos Santos Oliveira

Prof.^a Karla Cristina

Julgado em: ___/___/___

Conceito: _____

Dedico a minha querida e estimada Mãe Maria Nilva, meu grande exemplo de dedicação e força de vontade, que apesar de todas as dificuldades e percalços sempre acreditou e apoiou a realização deste grande sonho.

Emilia Janaina Barbosa da Silva

Dedico este trabalho, aos meus queridos pais: Raimundo S. da Silva e Raimunda Farias da Silva que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

Riane Farias da Silva

AGRADECIMENTOS

“A cada vitória o reconhecimento devido ao meu Deus, pois só Ele é digno de toda honra, glória e louvor” Senhor, obrigada pelo fim de mais essa etapa.

Agradeço especialmente e infinitamente a minha mãe Nilva, que muitas vezes a fiz sofrer, e causei decepções, peço perdão por tudo, pois sei que meus acertos são maiores que meu erros. E agradeço por ter sempre ficado ao meu lado nos momentos de maior dificuldade. Em todos os momentos você foi mãe e pai. Obrigada por todos os momentos que passamos. Você é a pessoa que mais admiro, respeito e amo.

A minha maravilhosa família, mãe, irmãos, avo, tias(os) e primos, agradeço por todo amor e apoio que sempre me concederam.

Agradeço imensamente ao meu filho Kayke Gabriel B. Andrade, fonte de toda minha força e vontade de vencer, tudo que fiz e faço é sempre por ele, que me ensinou que amar vai muito além do que se vê.

Agradeço ainda a minhas colegas de graduação que tornaram-se no decorrer deste quase 5 anos grandes amigas Ana Paula, Edilene, Gabriela, Maria Elizangela (Bia) e a minha parceira de trabalho Riane. Agradeço todos os momentos bons e ruins que passamos juntos só ajudaram a fortalecer ainda mais nossa amizade.

Agradeço ainda aos mestres: Claudia Chelala, Eliane Superti, Antonio Filocreão, Steve, e principalmente a grande mestra Iraci Barroso que apesar das muitas dificuldades enfrentadas esteve ao nosso lado contribuindo com seus inesgotáveis conhecimentos sobre as questões de gênero. Posso afirmar que aprendi com ela não apenas lições acadêmicas mais também lições de vida. Muito obrigada.

Agradeço ainda aqueles que direta e indiretamente contribuíram para minha formação acadêmica, como alguns técnicos da Universidade onde posso citar a Sr. Fátima Gardés, a quem eu agradeço diretamente em representação a todos os outros técnicos da universidade.

Agradeço ainda as amigas de anos que considero como parte da minha família, Carol, Socorro, Rita e especialmente a amiga Débora que desde o vestibular

foi uma grande incentivadora e apoio para minha, mesmo estando distante sempre estive me dando força e palavras de ajuda. Amiga te amo muito!

A todos colegas da turma 2006 com quem criei vínculos verdadeiros de amizade e respeito, que espero levar para o resto da vida.

As colegas de trabalho no CIOSP Pacoval com quem criei grande vínculo fraterno, quem com suas experiências de vida me ajudaram nos momentos de maior dificuldade, e me ensinaram que tudo é possível quando se quer realizar um sonho: Del. Aline Cavalcante, Aparecida, Josefa, Sandra, Rubia e Zuleica. Meu muito obrigada a todas vocês.

E por fim não poderia deixar de agradecer meu companheiro Jonathan Andrade, foram muitos anos de relacionamento e você sempre estive ao meu lado auxiliando nos cuidados com nosso pequeno Gabriel. Seu apoio incondicional e convicção que sempre demonstrou de que acreditava em meu sucesso foram de extrema importância nesta jornada tão turbulenta de uma graduação.

Emilia Janaina Barbosa da Silva

Em primeiro lugar à Deus, pelo dom da vida que Ele me deu, sua presença constante em meu viver, pela força, coragem e determinação, pois sei que minha vitória foi ele quem me deu.

A meus queridos pais: Raimundo Santos da Silva e Raimunda Farias da Silva, pela compreensão e carinho que me fizeram crescer e acreditar cada vez mais nos meus ideais, por ter me feito a mulher que hoje sou. Ao meu esposo Edielson Gomes da Cunha e ao meu filho Arthur Felipe da Silva Cunha que sempre me apoiaram nessa trajetória de minha vida.

Aos meus irmãos Raimilam Farias da Silva, Randolpho Farias da Silva e Rejane Farias da Silva que nunca mediram esforços em me ajuda a realizar meu sonho. As minhas amigas: Ana Paula, Edilene, Gabriela, M^a Elisangela (Bia) e Emilia que sempre estiveram ao meu lado nessa trajetória tão importante da minha vida, pois, aprendi a conviver e aceita as diferenças, e que amigos não se ganha mas se conquista.

A minha Querida Orientadora: Prof.^a Mestra Iraci de Carvalho Barroso que é um exemplo de mulher, educadora e mãe, que foi fundamental sua contribuição para realização deste trabalho

Riane Farias da Silva

“...Mãe, amante, esposa, filha, mestra, ela é a explicação do indivíduo e da sociedade. Os maiores homens, em todos os séculos, deveram as suas primeiras inspirações e os seus primeiros hábitos de pensamento à providência tutelar da sua infância; e, na individualidade mais obscura, a consciência que perscrutar o fundo insondável aos enigmas íntimos da nossa existência e do nosso destino, não descobrirá talvez uma vocação, uma idéia insistente, um sentimento solitário, cujas nascentes não se percam, entre os primeiros anos da vida, no seio de uma mãe.”

Rui Barbosa

“E preciso sinalizar para a sociedade que a violência doméstica é inaceitável, mas não se pode apenas reforçar as providências punitivas.

É preciso entender que a cidadania não pode acabar na porta de casa”.

Bárbara Musuméa Soares

RESUMO

Este trabalho apresenta um Estudo de Caso realizado no Centro de Atendimento à Mulher e a Família (CAMUF) no município de Macapá, o intuito foi identificar como funciona o atendimento oferecido a casais em situação de violência conjugal que chegam ao centro. Tal estudo foi possível graças a observações e entrevistas realizadas com funcionarias e usuários do centro, sendo divididos entre vítimas e agressores. Este estudo trás a tona a importância do atendimento multidisciplinar com homens e mulheres como mecanismo de diminuição de violência doméstica no município e quem sabe em todo o estado do Amapá.

Palavras-Chave: violência conjugal, atendimento multidisciplinar, CAMUF.

RÉSUMÉ

Cet article présente une étude de cas menée au Centre de soins pour les femmes et la famille (CAMUF) dans la ville de Macapa, l'intention était de déterminer comment le service offert aux couples dans des situations de violence familiale qui viennent au centre. Cette étude a été possible grâce à des observations et des entrevues avec les employés et les usagers du centre, divisé entre les victimes et les agresseurs. Cette étude apporte un éclairage sur l'importance d'un traitement multidisciplinaire avec des hommes et des femmes en tant que mécanisme pour réduire la violence domestique dans la ville et peut-être tout au long de l'État d'Amapá.

Mots-Clés: violence familiale, traitement multidisciplinaire, CAMUF.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONJUGABILIDADE	
1.1- Gênero e Violência de gênero.	18
1.2- Patriarcado e violência contra a mulher	23
1.3- Violência Contra a Mulher em uma perspectiva relacional	25
1.4- Relações agressivas no cotidiano conjugal.....	26
CAPÍTULO 2 – VIOLÊNCIA AFETIVO-CONJUGAL: UMA REALIDADE EM MACAPÁ	
2.1 – A Lei “Maria da Penha” – Nº 11.340/06	29
2.1.1 – Tipificação dos diversos tipos de Violência	32
2.2 – Inovações da Lei Maria da Penha	34
2.3 – Características sócio-cultural de mulheres vítimas e homens agressores	38
2.3.1 - Percepção da violência por parte das vítimas em atendimento no CAMUF	40
2.3.2 - Percepção da violência por parte dos agressores em atendimento no CAMUF	45
CAPÍTULO 3 – O ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR A CASAIS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL NO CAMUF MACAPÁ	
3.1 – Histórico da Instituição	50
3.2 – Estrutura Organizacional do CAMUF	53
3.2.1 – Tipos de atendimento realizados no CAMUF.....	54
3.3 - atendimentos terapêuticos a casais em situação de violência conjugal	58
3.3.1 - Visão dos usuários sobre o CAMUF	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	72
Apêndices	74

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é caracterizar e entender os mecanismos e as atividades desenvolvidas no Centro de Atendimento à Mulher e a Família - CAMUF com homens agressores e mulheres vítimas de violência conjugal.

Um dos focos inovadores desta pesquisa é o olhar do agressor diante do contexto de violência no qual ele situa-se como autor de um delito. Um dos desafios deste trabalho é entender como o atendimento multidisciplinar a homens e mulheres em situação de violência conjugal pode ajudar a minimizar o ciclo da violência.

Tal temática despertou nosso interesse após um projeto de pesquisa feito no ano de 2007 para a disciplina de Metodologia I que tinha como tema a Efetividade da Lei Maria da Penha. Durante a realização de tal projeto houve o primeiro contato com o CAMUF e ao primeiro contado, mesmo que superficial, com os objetivos propostos pelo centro surgiu a curiosidade em analisar mais profundamente os atendimentos oferecidos pelo CAMUF às mulheres vítimas de violência conjugal e também aos homens agressores.

Assim, o interesse pelo tema tornou-se constante a partir de questionamentos sobre os trabalhos de re socialização feitos com os homens agressores, realizados pelo centro, pois é de conhecimento geral que são poucos os programas que possuem trabalhos voltados para os agressores conjugais, sendo necessária a verificação dos efeitos obtidos com os homens que participam deste tipo de dinâmica.

O tema tornou-se relevante a partir do momento em que se percebeu que trabalhos de re socialização com homens agressores e suas famílias podem levar a diminuição da reincidência destes casos à delegacia, pois o fato de punir a agressão com penas e reclusão pode acarretar piores no comportamento deste homem e também a desestruturação do convívio familiar. Partindo deste foco o homem agressor passa a ser visto como uma vítima legal e moralmente responsável pelo abuso cometido, porém com possibilidade de recuperação.

A partir das leituras realizadas percebemos que não haviam trabalhos, nem teóricos que discutissem com maior ênfase o atendimento não só a vitima mais também ao homem agressor. E isto foi mais uma questão que contribuiu para a elaboração deste trabalho.

Sendo assim o interesse em entender como um atendimento multidisciplinar poderia auxiliar a reestruturação de famílias devastadas pelo ciclo da violência, foi o criador de indagações que nortearam nosso estudo. Assim, a partir dessa perspectivas foram elaboradas as seguintes questões de pesquisa: a) Os atendimentos oferecidos pelo CAMUF a homens agressores e mulheres vítimas, funciona como mecanismo de prevenção e coerção à violência conjugal contra a mulher? b) O caráter preventivo do centro, proposto em seus objetivos, está sendo alcançado? c) Há casos de reincidência, com casais que finalizaram o atendimento no centro?

Para alcançar as respostas a tais indagações, fizemos uso de uma metodologia que analisou qualitativamente os atendimentos do centro. O método adotado foi o Estudo de Caso, por tratar-se de um método de pesquisa que visa a coleta de informações sobre casos particularizados, investigando fenômenos contemporâneos como o tema desta pesquisa.

Para Cesar (2005, p. 03) o estudo de caso por se tratar de uma abordagem qualitativa, enquadra-se muito bem quando o estudo esta voltado a uma estrutura organizacional. É um método muito utilizado em estudos que buscam entende a vida humana, principalmente no campo das ciências sociais.

O estudo consiste também em analisar veementemente o fenômeno que constitui a investigação. Sendo logo após a realização dos estudos feitas generalizações a população abordada (BISQUERA, 1989 APUD MENDES, 2003)¹.

Desse modo, foram realizadas entrevistas com funcionários do CAMUF. Como instrumentos de coletas de dados, foram feitas entrevistadas semi-estruturadas, com a coordenadora do setor de prevenção do CAMUF, a diretora geral do centro, duas psicólogas, três assistentes sociais. Além de terem sido entrevistados um total de dez (10) pessoas divididas em cinco (05) homens e cinco (05) mulheres distintos, não sendo necessariamente casais, o fator primordial era que estivessem em atendimento no centro.

A seleção dos usuários entrevistados foi feita levando em consideração a demanda pela qual este havia ingressado ao atendimento. Foram entrevistados

¹ BISQUERA, R. (1989). **Métodos de Investigação Educativa: Guia Prática**. Barcelona: Ediciones CEAC, S. A.

apenas aqueles com histórico de conflito conjugal. Sendo que uma das psicólogas do centro fazia a intermediação entre os entrevistados e nos entrevistadores. Como o centro resguarda a questão do sigilo, foram tomados todos os cuidados para que a identidade dos/as entrevistados/as não fosse revelada, por isso foram usados nomes fictícios sugeridos pelos próprios entrevistados.

Foi utilizado um gravador para registrar as entrevistas realizadas, e ter o maior aproveitamento possível das informações colhidas, tais entrevistas encontram-se armazenadas em mídias digitais, e consistem em gravações de áudio.. Foram utilizadas também fontes de evidências como, por exemplo, documentos e registros de arquivos do próprio centro, a fim de comprovar as análises acerca da problemática escolhida.

A relevância deste trabalho é notória visto que a temática de violência de gênero, tem tido grande repercussão principalmente após a criação da lei 11.340/06 conhecida como Lei Maria da Penha, que trouxe para a sociedade em geral e para o poder público a responsabilidade em fazer com que os índices de violência contra a mulher diminuíssem. Há muitos trabalhos que tratam a violência doméstica no município de Macapá, mais são poucos (ou praticamente nenhum) que aborde tal temática tendo em vista o homem como parte da dinâmica do processo de não-violência.

Desta forma, analisar o atendimento multidisciplinar oferecido a homens e mulheres em situação de conflito conjugal, tem grande interesse para a Academia (visto que não encontramos qualquer registro de trabalhos com este tema no campo das ciências sociais), para a sociedade como um todo, e principalmente ao poder público, que ao constatar a eficácia do atendimento, alocará maiores recursos para projetos como este.

Observando as considerações presentes neste estudo, sabe-se que se trata de base teórica para que outros trabalhos surjam com maior magnitude. Nossa finalidade não era esgotar o assunto, mas sim discutir os aspectos que possam, através dos resultados analisados, acrescentar entendimentos acerca do problema analisado, a fim de entender como se constituiu o ciclo de violência, e traçar soluções para o mesmo.

Foram utilizados como recurso teórico metodológico, alguns textos a vasta obra de Heleieth Saffioti, que estuda a condição feminina há mais de dez anos,

aproveitamos também as considerações de Joan Scott no que concerne a brilhante conceituação do termo gênero feito pela autora. Houve ainda a análise de Pierre Bourdieu sobre a dominação masculina na nossa sociedade. E no decorrer do estudo foram abordados outros autores como pressupostos teóricos que puderam ser relacionados com os dados empíricos do presente estudo.

Nesse sentido, o presente trabalho está dividido em três capítulos, nos quais discute-se temas que por suas características relacionais auxiliaram na construção do objeto de estudo. No primeiro capítulo aborda-se sobre a formação do conceito de gênero e como se construiu as desigualdades entre homens e mulheres, analisando conceitos como patriarcalismo e sua relação com submissão das mulheres em nível cultural.

O segundo, mostrar as inovações trazidas na lei Maria da Penha, além de mostrar quais as condições socioculturais de homens e mulheres envolvidos em situação de violência doméstica, no município de Macapá. E por fim, o terceiro trata especificamente do atendimento oferecido pelo CAMUF, passo a passo, trazendo ainda as características de cada fase do atendimento e a relação dos usuários com o CAMUF.

CAPÍTULO 1

VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONJUGABILIDADE

1.1 – Gênero e violência de gênero.

Escrever sobre temas polêmicos é sempre desafiador, e quando se trata de um fenômeno que atinge milhares de mulheres e suas famílias em todo o mundo, é ainda mais delicado e estarrecedor. A medida que se aprofunda as leituras sobre o tema e que se conhece, mesmo que superficialmente, a história de vítimas e autores de violência conjugal percebe-se a importância de entender e caracterizar este contexto de violência, a fim de traçar possíveis formas de minimizar os efeitos da violência no cotidiano destas famílias.

A construção das desigualdades entre homens e mulheres que permeia as relações sociais e afetivas, tem sua origem social concebidas por valores morais que legitimam as desigualdades construídas ao longo de vários séculos. Um dos fatores determinantes desta situação de desigualdade que leva quase que inevitavelmente ao uso da força, surge de distinções fundamentais existentes entre homens e mulheres. Quando se debate as diferenças que garantem prerrogativa no processo de dominação aos homens, torna-se necessário entender o conceito de gênero para entender mais claramente tais diferenças.

Tantos os discursos atuais, como a legislação vigente trata em seus textos usando a definição de gênero como ponto de partida para visualizar condições de exploração, dominação e violência. A definição sociológica de gênero avança para além da definição de sexo², trata-o como a forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos.

Sobre relações de gênero Queiroz (2006), destaca que:

É a partir da observação e do conhecimento das diferenças sexuais que a sociedade cria idéias sobre o que é um homem e o que é uma mulher, o que é masculino e o que é feminino, ou seja, as chamadas representações de gênero. Estabelecendo também as idéias de como deve ser a relação

² Embora biologicamente fundamentado, gênero é uma categoria relacional que aponta papéis e relações socialmente construídas entre homens e mulheres. Nas palavras de Simone de Beauvoir, não se nasce mulher, torna-se mulher. Assim como também se torna homem, dependendo dos processos sociais de aprendizado.

entre os sexos: entre homem/mulher, entre as mulheres, entre os homens. Ou seja, criam-se relações de gênero. (p. 37).

Pode-se entender gênero, portanto, como uma construção social, que se modifica conforme as épocas, situações e lugares. Para Safiotti (2002, p. 15), “... o gênero pode ser construído independentemente do sexo”.

Segundo Joan Scott (1988) o termo gênero passou a ser utilizado como sinônimo do termo mulher, sendo que o real sentido é de que qualquer informação sobre as mulheres implica em informação sobre os homens, ou seja são dois atores que não podem ser entendidos nem analisados separadamente.

Um grande erro de muitos historiadores, durante séculos, foi excluir a mulher da história da humanidade, fazendo parecer que as mulheres sempre estiveram a margem dos acontecimentos históricos, dando destaque apenas aos homens (SCOTT, 1988).

A análise de Scott, diz que o termo gênero “rejeita explicitamente explicações biológicas [...] para as diversas formas de subordinação feminina[...]” (1988, p. 75). O termo gênero indica, portanto uma construção cultural de papéis.

Assim pode-se inferir que gênero, do ponto de vista sociológico, é uma categoria subjetiva, que depende unicamente das condições psicológicas do indivíduo de se perceber parte integrante de uma das distinções do gênero. Sendo nas palavras de Scott gênero “[...] uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (1988, p.75).

Então, porque relações de gênero constituem-se de relações de poder? Nas relações de gênero quase sempre há um lado feminino e outro masculino. E o senso comum emprega que o que é masculino tem mais valor. Daí surge a distribuição desigual do poder, credibilidade e prestígio as pessoas posto que:

As divisões constitutivas de ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros, se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções à oposição entre masculino e feminino. Cabe aos homens, [...] realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares [...]. As mulheres, [...] vêem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos. (BOURDIEU, 2002, p. 41).

Percebe-se nas palavras de Bourdieu, mais um exemplo da desvalorização do ser feminino, o que desqualifica a atribuição ao gênero feminino, e faz todo o prestígio ser atribuído ao trabalho masculino. Fazendo um breve exame de consciência constata-se que a valorização do masculino transpõe as barreiras do tempo, por exemplo, se uma mulher assume papéis até então masculinos como prover o sustento familiar, trabalhar fora em atividades que não sejam obrigatoriamente as femininas (como o trabalho doméstico, ou artesanato), ou seja, quando a mulher assume seu espaço na esfera pública, esta recebe a qualidade de pioneira, pois tais atribuições deveriam ser masculinas. Portanto a mulher passa por uma fase de valorização. Agora imagine um homem exercendo trabalhos domésticos. É, ainda hoje, difícil de imaginar. Empregado domestico? Difícil de encontrar. Reflexos da desvalorização do feminino.

Ao se tratar de gênero a maioria dos estudos e historiografias focam as mulheres como seu principal objeto de estudo, pois grande parte destes estudos pautam a violência perpetrada contra mulheres, seja ela física ou simbólica (Queiroz, 2006, p. 37). Um dos objetivos destes estudos, principalmente os históricos, é identificar as principais formas de discriminação e violência exercida sobre as mulheres ao longo da história da humanidade.

O conceito de gênero, portanto, se refere às relações entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres. Sendo que todas estas relações criam desigualdades. Criando atores sociais mais respeitados ou com mais poder que outros que desenvolve discrepância entre pessoas, fazendo com que uma tenham mais liberdade e oportunidade de se desenvolver que as outras. O conceito torna-se útil para compreendermos o comportamento de homens e mulheres em sociedade, “[...] nos ajudando a compreender problemas e dificuldades que são cotidianamente enfrentadas na educação, no trabalho, na vida pública, na sexualidade, na família.” (QUEIROZ, 2006, p. 38).

O termo gênero deve ser utilizado também a fim de trazer maior seriedade e erudição a um determinado trabalho, por ter uma maior subjetividade, torna o trabalho mais neutro, do que se fizesse uso do termo “mulheres”. Assim, como relações de gênero são permeadas por relações de poder, e esta última sugere que haja o uso da coerção física ao longo da análise deste tema torna-se necessário definir e estabelecer os tipos de violência existente nesta relação.

Para SAFFIOTI, (2002, p.2) “violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos”. Existindo distinção entre as modalidades de violência de gênero: violência familiar, violência doméstica violência conjugal, etc.

Para se caracterizar a violência de gênero perpetrada contra a mulher, exercida em sua maior parte por agressores do sexo masculino Saffioti, (2002) diz que a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Partindo desta afirmação evidencia-se a pra-noção de que é inerente ao homem agir de forma agressiva para mostrar que é “ele quem manda” na relação, seja ela conjugal, patriarcal, etc. O poder é atribuído à categoria social homem, assim o processo de exploração/dominação é como um único processo, com duas dimensões que se completam.

Sobre a forma de dominação masculina Bourdieu (1998, p.15) esclarece que:

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos...

Sobe esta mesma ótica Bourdieu (1998, p.41) diz que a própria dominação constitui uma violência já que:

A violência simbólica institui-se por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador (logo, à dominação), uma vez que ele não dispõe para pensá-lo ou pensar a si próprio, ou melhor, para pensar sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo senão a forma incorporada da relação de dominação mostra esta relação como natural; ou, em outros termos, que os esquemas que ele mobiliza para se perceber e se avaliar ou para perceber e avaliar o dominador são o produto da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é o produto.

A Convenção de Belém do Pará (1994) define que “[...] a violência contra a mulher constitui uma violação aos direitos humanos as liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, o gozo e exercício de tais direitos e liberdades”. No contexto da violência conjugal, os atores sociais enunciam

a violência como prática comum dentro de seus relacionamentos, como mostra o relato:

Eu sofri violência quando eu tinha 17 anos de um namorado meu. No começo ele era muito cuidadoso,carinhoso,se mostrava um amor de pessoa,depois fui ver que não era assim A primeira vez que ele me bateu ele estava muito bêbado, e me deu um tapa na cara, porque ele não havia gostado do que eu disse pra ele[...]Na outra vez que ele me bateu foi em uma boate na frente de todos porque eu havia perdido um cartão que dá acesso a conta da boate. (Luciana, Usuária do CAMUF, Macapá, 2010.)

Percebesse através deste relato que mesmo nas relações mais simples como o namoro, há espaço para reações violentas, já que um simples gesto que desagrade o companheiro torna-se justificativa para atos violentos.

No cotidiano conjugal muitos são os conflitos que podem desencadear gestos violentos, uma vez que quando o poder de mando do homem é comprometido a solução encontrada e a violência contra o ser que em sua escala hierárquica é inferior: a mulher, sendo que a violência de gênero pode ser perpetrada entre mulheres e homens, homem-homem, mulher-mulher, no entanto é amplamente difundida como a violência do homem contra a mulher.

1.2 – Patriarcado e violência contra a mulher.

Uma das principais causas históricas da atual condição de submissão das mulheres, é o modo de organização da vida coletiva baseada na figura paterna onde prevalecem às relações masculinas sobre as femininas, o chamado patriarcalismo.

A herança patriarcal, ainda hoje impera mesmo que inconscientemente nas sociedades. Suas raízes estão fincadas desde a era primitiva quando o homem descobriu que o seu sêmen poderia gerar a vida, sendo a mulher simplesmente um “depositário” para receber e desenvolver o nascimento da criança.

A ideologia patriarcal não atingiu apenas o relacionamento entre homens e mulheres, mas recai sobre toda história da humanidade. A idéia de um líder ou uma figura centralizadora afeta os valores, o desempenho dos papéis e as formas de organização das instituições. O patriarcalismo se sustenta no mundo ocidental, na religião judaico-cristã. As passagens bíblicas que submetem a mulher ao homem são inúmeras. Se inicia com o mito de Adão e Eva no jardim do Éden onde Deus fez

o homem à sua imagem e semelhança, mas a mulher foi feita do homem. Nesse sentido, a mulher não provém do divino. Aqui fica claro qual a função da mulher, ou seja, subjugada pelo homem e pelo marido, aquela que só existiu à partir do homem.

Com as modificações da ordem vigente, e as novas configurações sociais, o modelo de família antes existente torna-se cada vez mais desconcertado. As mulheres passando a dividir a tarefa de suprir a casa, os filhos, além de outras funções significativas.

Quando o homem se depara com a incapacidade de exercer sua função de mantenedor da família, surge o contexto de violência, como nos afirma Soihet “A violência surgia, assim, de sua incapacidade de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes uma demonstração de fraqueza e impotência do que força e poder.” (SOIHET 2000, p. 370). Este contexto de que trata a autora é de famílias brasileiras durante os meados do século XX, famílias em sua maioria de classe baixa, onde as mulheres em geral seguiam os padrões de conduta feminina das classes favorecidas, porém trabalhavam muito, não instituía relações formais com seus companheiros e nem mantinham condutas apropriadas aos ideais dominantes de delicadeza e recato, sendo estas mulheres as principais vítimas, até hoje, de violência doméstica.

Sobre esta forma de justificar a violência a partir de uma ótica patriarcal Soihet (2000, p. 370) diz que:

Essa explicação se completa pelo fato de que tais homens, desprovidos de poder e de autoridade no espaço público – no trabalho e na política -, seria assegurado o exercício no espaço privado, ou seja, na casa e sobre a família. Nesse sentido, qualquer ameaça à sua autoridade na família lhes provocava forte reação, pois perdiam os substitutos compensatórios para sua falta de poder no espaço mais amplo.

Assim observa-se mais uma vez justificativas para o exercício da violência contra a mulher. O Jugo do patriarca o mantém em uma condição onde não lhe é permitido falhar, a vitimização das mulheres é recorrente e os estudos gerados ao longo dos anos faz com que muitas delas se identifiquem com situações analisadas, tornando pública a problemática da violência que ocorre em âmbito privado.

Pouco se sabe ainda hoje sobre o que verdadeiramente é o patriarcalismo, e não se consegue vislumbrar quais suas conseqüências. Muitas modificações no campo social e econômico levaram o homem a se sentir ameaçado a medida que

movimentos feministas em todas as partes do mundo surgiam questionando a “supremacia” masculina. O século XX foi palco de manifestações femininas no Brasil, apresentando movimentos sociais que buscavam transformar a realidade lutando em prol da causa feminina.

A inversão de papéis decorrentes destas manifestações feministas arrastou o patriarcalismo para um considerado esquecimento, sendo que as mulheres passaram a assumir o papel do patriarca. Talvez isso justifique o fato de hoje o patriarcalismo não ser tão explícito como antes, o que não quer dizer que ele esteja presente mesmo que silenciosamente em todas as relações.

1.3 - Violência Contra a Mulher em uma perspectiva relacional

Sendo a violência masculina um dos focos deste estudo, chama atenção o fato de que as pesquisas sobre violência conjugal, produzidas sob a perspectiva feminista, ignoraram, até o momento, as transformações produzidas no âmbito das masculinidades, pois, nos estudos em que os homens são considerados agentes de violência conjugal, eles são focalizados pura e simplesmente como violentos e agressores.

A socialização masculina, ao prescrever certa permissividade em relação à prática de violência, pode ser uma das razões para a escassez de estudos sobre as possíveis relações entre masculinidade e violência. Sendo em nosso estado poucos ou quase nulos os estudos que foquem a violência conjugal em uma perspectiva também do homem. Deve-se focalizar os estudos partindo de uma análise de gênero, sendo necessários tais estudos para compreender a conjugalidade violenta.

Segundo Ferreira³ (apud DINIZ, 2003, p. 2) a violência conjugal se manifesta em quatro modalidades: o homem que agride a mulher; mulher que violenta o marido; os cônjuges que se agridem mutuamente; e os casais que, embora não sendo agressivos, cometem atos violentos quando não há mais consenso e comunicação entre os envolvidos.

Se há relação violenta entre homens e mulheres é preciso compreender que a violência contra a mulher faz parte dos recursos de poder utilizados pelos homens para manter os privilégios e os benefícios que a milenar cultura machista lhes tem

³ Ferreira GB. *La mujer maltratada: un estudio sobre las mujeres víctimas de la violencia doméstica*. 2nd. Buenos Aires: Sudamericana; 1994.

assegurado, sendo que estudos demonstram que na maioria dos casos, seja no Brasil ou exterior, a mulher é a vítima em potencial da violência conjugal.

Contudo relações de violência conjugal não trazem apenas um ator social, não envolve apenas as mulheres, sendo necessário trazer à tona também a fala do outro sujeito desta relação: o homem. Neste contexto este estudo busca identificar formas de tratamento para mulheres e homens autores/vítimas de violência conjugal. É de conhecimento geral que a violência doméstica e principalmente a conjugal, demanda de auxílio externo, pois a mulher dificilmente consegue se separar de um homem violento sem auxílio exterior.

Sobre a separação em casos de violência conjugal Saffioti (2005, p. 5) fala que “até que este ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela. Mesmo quando permanecem na relação por décadas, as mulheres reagem à violência, variando muito as estratégias”, esta afirmação torna-se necessária para entender que as mulheres não aceitam passivamente sua condição de exploração, como é afirmado por muitos. Para isso basta entendermos que a violência conjugal não é a personificação do comportamento violento de apenas um dos cônjuges. E sim uma teia tecida conjuntamente, mesmo que de maneira desigual, entre ambos os lados.

Desta forma não se deve enxergar mulheres como co autoras da violência perpetrada a si própria, visão defendida por alguns autores como Chauí e Gregori⁴ (apud Saffioti, 2005, p. 5), uma vez que elas são detentoras de uma parcela menor de poder no interior da relação conjugal, acabam cedendo e não consentindo com a violência que sofrem. Em nome muitas vezes de relacionamentos que já estão falidos e fadados ao fracasso. Dependência financeira, afetiva, os filhos, muitos são os fatores que corroboram para dificultar a quebra do ciclo de violência.

A análise de relações violentas deve perpassar principalmente por fatores históricos e sociais, que colocam homens sempre em situação de dominadores e mulheres em situação de submissão. E em uma sociedade onde cada vez mais mulheres ocupam espaços antes ocupados por homens, na qual a pobreza e a violência desmedida invadem os lares, principalmente de famílias de baixa renda,

⁴CHAUÍ, Marilena. “Participando do debate sobre mulher e violência”. In: FRANCHETTO, Bruna, AVALCANTI, Maria Laura V.C., HEIBORN, Maria Luiza (orgs.) *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, Zahar Editores S/A, 1992, v. 4, p. 25-61.

GREGORI, Maria Filomena. “Cenas e queixas”. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 23, março/1989, p. 163-175.

propicia condições favoráveis de violência, já que a relação dos homens com o álcool é uma das principais justificativas para que ocorra a violência. Sendo esta a droga mais comum e de maior acesso, é a aparente solução para problemas relacionais e de trabalho (ou falta de trabalho) que desencadeiam no interior do lar discussões que levam a agressões, físicas, morais e também sexuais.

1.4 – Relações agressivas no cotidiano conjugal

Desde muito cedo homens e mulheres aprendem qual seu verdadeiro “sexo social”, e qual deve ser a postura de ambos no interior de um relacionamento afetivo/conjugal. O comportamento violento é característica típica delegada aos homens, que para afirmar seu poder de mando na relação deve, exerce este poder através da força.

Este tipo de violência exercida no interior dos relacionamentos afetivos é concebido como violência conjugal, que trata especificamente de casos de violência entre pessoas com laço direto de afetividade. A violência conjugal faz parte do mesmo campo semântico da violência de gênero e intrafamiliar⁵, mais possui suas especificidades.

Há varias conceituações para a violência conjugal, em razão de a violência conjugal tratar-se de um fenômeno polissêmico que se expressa de várias maneiras: abusos psicológicos, maus tratos físicos, abusos sexuais entre outros. Homens também são atingidos por violência conjugal em suas relações, porém, em razão da especificidade de gênero, de formas díspares. Em situações de violência conjugal os homens costumam ser agredidos pela mulher, mas com crueldade e gravidade menor do que as mulheres são atingidas por eles. Pode-se perceber esta realidade no seguinte relato de um homem, onde o álcool surge como agravante das reações violentas:

Na verdade o problema é que antes nos dois bebia tanto eu como ela bebia também. Ai acontecia as brigas ela me batia e eu batia nela, era assim desse jeito. (José, Usuário do CAMUF, Macapá 2010).

⁵ Violência intrafamiliar a violência recai exclusivamente sobre membros da família nuclear ou extensa, não se restringindo, portanto, ao território físico do domicílio.

A violência conjugal ocorre com casais de todas as classes sociais, raças, idades, etnias e orientação sexual, embora os motivos sejam os mais variados possíveis, sua raiz é o poder patriarcal que promove a desigualdade e a dominação do homem nas relações de gênero. Segundo Guedes (2007 p. 1) a violência conjugal é manifesta por meio da:

[...] assimetria de poder presente nas relações de gênero; (onde) há o reconhecimento das mulheres do poder masculino sobre elas, refletido pelo temor e pela subordinação na relação conjugal em que ocorre a violência e que esse domínio corresponde a uma espécie de tutela construída e legitimada pela cultura patriarcal e machista, necessária, no pressuposto do idealismo positivista da ideologia dominante, para administrar os excessos de paixões que fariam parte da imperfeição da natureza feminina.

Segundo o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, publicado pela OMS (2002), são as mulheres – muito mais que os homens - que adoecem e morrem vítimas da violência masculina, embora possam ser agressivas em seus relacionamentos. O grande problema da violência conjugal é que ela permanece por muito tempo oculta das vistas da sociedade, por medo e também vergonha por parte principalmente das vítimas. As consequências às vítimas de violência conjugal não são apenas psicológicas, mas também sociais, por afetar o bem estar, a saúde, possibilidades de educação e segurança, além da auto estima das mulheres.

O fator primordial da banalização da violência contra as mulheres é o pensar paternalista da sociedade mesmo em pleno século XXI, onde os papéis femininos ainda aparecem subjugados aos masculinos, onde as relações entre o masculino e feminino existentes entre os cônjuges, são definidas por papéis sociais: mãe-mulher-dona de casa e pai-marido-chefe de família, concebidos ideologicamente de forma a perpetuar culturalmente as desigualdades de gênero. O modelo familiar monogâmico, firmado no casamento de casais individuais, presente em nossa sociedade reforça ainda mais os sentimentos de pertencimento e posse de homens sobre mulheres e filhos.

A família sofre influências de fatores internos e externos, sendo necessário entendê-la como um sistema dentro de outros sistemas, onde existem regras pré estabelecidas que são internalizadas, muitas vezes sem se perceber, pelos membros da família onde se estabelecem poderes hierarquizados, em que a figura do homem geralmente, está no topo desta hierarquia, como provedor *mor*, o que favorece o sentimento de posse sobre aqueles que estariam supostamente sob seu

domínio, sendo a violência uma forma de garantir esse domínio de forma coercitiva, quando ele se sente ameaçado.

No geral as vítimas de violência conjugal não percebem o comportamento violento do parceiro como algo mau, mais sim um comportamento “natural” e impossível de acabar, gerando assim o chamado “ciclo da violência”, em que gestos agressivos são sucedidos por presentes, pedidos de desculpa e então a reconciliação, gerando um ciclo vicioso e nocivo a ambos.

Sendo este o tipo de violência em que se encontram as maiores dificuldades de se estabelecer estimativas, pois geralmente as mulheres vítimas deste tipo de violência demoram muito tempo para revelar o que sofrem, justamente pelo fato de que o agressor é alguém de sua intimidade, com quem ela possui uma relação permeada por sentimentos afetivos, o que causa o medo da perda e a sensação de traição e desesperança quando da denuncia sobre as agressões, como é percebido pelo depoimento abaixo:

Não me separei porque não tenho como sobreviver, sempre fui pressionada a não trabalhar, sofri acuação, e agora com quase 50 anos, fica complicado começar no mercado de trabalho. Também não gostaria de acabar com minha família, não fui educada desta forma. (Lili, Usuária do CAMUF, Macapá 2010).

Observando a fala de uma mulher vítima de violência, onde um dos principais motivos para o não rompimento da relação ser a dependência financeira, que é uma dos principais justificativas dadas por mulheres, além da cultura de que “casamento é para sempre”.

Em muitos casais as reações violentas afloram o desejo de separação, muitos não se separam, tentam resgatar o que restou de afetividade no relacionamento. E é neste contexto que o auxílio externo tornasse necessário para identificar as formas de violência existentes para escolher intervenções terapêuticas adequadas, a fim de amenizar a dor psíquica desses casais, e as possíveis seqüelas sociais, possibilitando-lhes estabelecer ou refazer vínculos importantes e de qualidade.

Somente a partir da década de 80 passaram a existir serviços de atendimento à mulher, com a criação das Delegacias Especializadas em atendimento à Mulher (DEM), SOS Mulher entre outros serviços. Isto surge após os questionamentos acerca das práticas de “crimes por amor” que permearam a década de 70.

CAPÍTULO 2

VIOLÊNCIA AFETIVO-CONJUGAL: UMA REALIDADE EM MACAPÁ.

2.1– A Lei “Maria da Penha” – Nº 11.340 de agosto de 2006

Observando que os mecanismos já existentes de proteção à mulher estavam sendo ineficientes para promover a erradicação das discriminações e violências, e em conformidade com o indicado pela Convenção da Organização das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher e da Convenção Interamericana para Punir e Erradicar a Violência contra a mulher foi elaborada a Lei 11.340, de 7 de Agosto de 2006 – chamada Lei Maria da Penha⁶ – que vem como forma de coibir e prevenir a violência doméstica (DIAS, 2007 p. 297), visto que a violência trata-se de um fenômeno generalizado que não distingue raça, classe social ou religião.

A lei ainda altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal (Código Penal e Constituição Federal, 2007 p. 496), afastando da vigência da lei que considerava as lesões corporais como delito de pequeno potencial ofensivo, impossibilitando a aplicação de penas pecuniárias e a imposição de pagamento de cestas básicas.

Em parceria com o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional⁷ e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher⁸ o Brasil foi denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA pela negligência do Estado Brasileiro em tratar os casos de violência doméstica no Brasil. Assim o país iniciou timidamente o processo de mudança legislativa para combater efetivamente a violência doméstica praticada contra a mulher.

⁶A história completa de Maria da Penha pode ser conhecida na biografia que escreveu em 1994, intitulada “Sobrevivi... Posso contar”.

⁷O Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) é uma organização não-governamental, criada em 1991 como um consórcio de organizações de direitos humanos da América Latina e do Caribe, cujo objetivo principal é alcançar a plena implementação das normas internacionais de direitos humanos no direito interno dos estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/ongs/cejil.html>> Acesso em 10.08.2010.

⁸O Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) é uma rede de feminista que trabalha para contribuir ao uso total dos direitos das mulheres da América Latina e Caribe, usando o direito como uma ferramenta de mudança. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/ongs/cejil/cejil.html>.

Antes o autor da violência estaria sujeito a punições desde que a violência perpetrada deixasse marcas no corpo da vítima, quando não há marcas é necessária à prova testemunhal, o que raramente ocorre, pois a violência geralmente é de cunho doméstico, intrafamiliar, presenciada por parentes e filhos, que são inválidos como testemunha pelo laço de parentesco, sendo que o delito de lesão corporal dolosa leve quase nunca era punido.

Uma das primeiras medidas após as recomendações feitas ao Brasil foi a criação da lei Nº 9.099/95, promulgada em 26 de setembro de 1995, que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, a quem compete a apuração de delitos de menor potencial ofensivo, se ocupando dos crimes de ameaças e lesões corporais leves, sendo que ao afirmar que a violência praticada contra a mulher é de pequeno potencial ofensivo, banalizou-se a aplicação da pena nesses casos a aplicação de serviços comunitários e pagamento de cestas básicas.

Sobre o delito de lesão corporal, Dias (2007, p.229) coloca:

A partir do momento em que o delito de lesão corporal leve foi considerado de pequeno potencial ofensivo com a possibilidade de os conflitos serem solucionados de forma consensual, acabou banalizada a violência intrafamiliar [...] a título a pena restritiva de direito, popularizou-se de tal modo a imposição de pagamento de cestas básicas.

Após a criação em 2006 da Lei Maria da Penha, passou-se a abolir a aplicação de penas pecuniárias em casos de violência doméstica. A nova lei em seu Art. 17, trata da seguinte forma:

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

Isto serviu para que o agressor ficasse sabendo que bater em mulher não sairia tão “barato” como se popularizou que fosse. Esta lei pode ser entendida muito mais como uma lei de cunho educacional e de promoção de políticas públicas de assistência às vítimas do que uma intenção de punir implacavelmente os agressores dos delitos domésticos, pois em vários de seus dispositivos prevê medidas de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar e também o atendimento multidisciplinar tanto a mulheres vítimas quanto para homens

agressores, possibilitando uma assistência mais eficiente aos envolvidos em situação de violência doméstica.

A lei se popularizou de maneira ágil, trivialmente dizemos que tem lei que pega e lei que não pega. Pegar significa que o novo ordenamento jurídico está sendo incorporado aos códigos de conduta da sociedade.

Após sua sanção em 2006, tirou do anonimato um tema antes reservado e de difícil diagnóstico, já que a lei Maria da Penha virou pauta recorrente na imprensa, agenda obrigatória entre operadores do direito e profissionais da segurança pública, e servil de inspiração para sambas e cordéis.

Comigo não, violão/Na cara que mamãe beijou/"Zé Ruela" nenhum bota a mão/Se tentar me bater/Vai se arrepender[...] Se me der um tapa/Da dona "Maria da Penha"/Você não escapa/O bicho pegou, não tem mais a banca/De dar cesta básica, amor/Vacilou, tá na tranca Respeito, afinal, é bom e eu gosto/Saia do meu pé/Ou eu te mando a lei na lata, seu mané [...] A nossa paixão já foi tarde/Cantou pra subir, Deus a tenha/Se der mais um passo/Eu te passo a "Maria da Penha" Você quer voltar pro meu mundo/Mas eu já troquei minha senha Dá linha, malandro/Que eu te mando a "Maria da Penha" Não quer se dar mal, se contenha[...]Que eu te tasco a "Maria da Penha"/Se quer um conselho, não venha/Com essa arrogância ferrenha/Vai dar com a cara/Bem na mão da "Maria da Penha".
Trecho da Música "Maria da Penha" de Alcione.

Os desafios e dificuldades, já eram previsíveis, pois historicamente esse tipo de violência se assenta em uma estrutura social ainda machista e patriarcal. Um pesquisa realizada pelo IBOPE em 2008 aponta que 68% dos entrevistados entre homens e mulheres conhecem a Lei Maria da Penha⁹.

A maior dificuldade reside no fato de que a maioria das vítimas não entendem termos jurídicos e policiais. Pode-se perceber acima que a lei popularizou-se, em certo ponto, pois o que na verdade ocorreu foi a divulgação de sua existência. Em seu corpo a lei estabelece sobre a assistência à mulher, medidas integradas de prevenção, da forma do atendimento da autoridade policial, os procedimentos referentes ao juizado, além de medidas protentivas da ofendida entre outros, sendo que a falta orientação às mulheres de como devem proceder para que estes e outros procedimentos assegurados na lei sejam legitimados, dificulta o trabalho das Delegacias de Mulheres e Juizados.

⁹Disponível em <<http://www.patriciagalvao.org.br/novo2/pesquisaibope2008.htm>>

2.1.1 – Tipificação dos diversos tipos de violência.

A Lei 11.340/06 estabelece as formas de violência contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Como forma de ilustrar melhor como se definem cada tipo de violência, destacar-se-á os tipos mais freqüentes praticadas contra mulher, que são atendidos pelo CAMUF:

a) agressão física é aquela que, em geral, mais leva as vítimas a apresentarem queixa. Talvez por ser a forma de violência com maior grau de agressividade e também aquela que mais põe em risco a vida da pessoa agredida. Esta forma de agressão se manifesta de diferentes formas: desde um “simples” empurrão, até às formas mais contundentes, como por exemplo, a morte.

b) agressão psicológica ou emocional que é feita através de diminuição moral da mulher. O homem, nesta ocasião, ataca diretamente a estrutura psicológica da mulher usando palavras que agridem a sua integridade fazendo com que esta se sinta inferior, intelectualmente incapaz. No âmbito da família, esta situação pode manifestar-se através de cenas de ciúmes, injúrias e repetidas acusações de infidelidades e sem motivos. Pode, ainda, revestir-se sob a forma de ameaças dirigidas à vítima. O objetivo é diminuir socialmente a mulher;

c) agressão sexual caracteriza-se em obrigar a vítima a praticar qualquer tipo de ato sexual contra a sua vontade. Este tipo de violência consiste, ainda, em atuar por outros meios, tais como: conversas obscenas; por escrito; objetos pornográficos entre outros;

d) violência patrimonial: roubo, furto, destruição de bens pessoais ou de bens da sociedade conjugal, destruição total ou parcial de instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, recusa de pagar pensão alimentícia ou de participar nos gastos básicos para a sobrevivência do núcleo familiar, são formas de violência patrimonial (2006, Lei 11.340 art. 7º);

e) violência moral consiste em qualquer ato de calúnia, difamação ou injúria. Palavras racistas e preconceituosas que visem humilhar e constranger de alguma forma a vítima.

Tipificar as formas de violência praticadas contra mulheres é importante para qualificar as formas puníveis e tratáveis para casos de violência.

No estado do Amapá os tipos de violência mais comuns são lesão corporal e ameaça. Só no ano de 2007¹⁰, quatro meses após a criação lei, foram registradas na DCCM Macapá 638 casos de ameaça e 481 casos de lesão corporal. Os índices de registro de ocorrência na cidade de Macapá desde de o ano de 2008 e 2009 tem aumentado cada vez mais.

Em entrevista a um jornal local a Delegada de Polícia Titular da Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher Josymária Coelho, disse que os índices de registro de ocorrência no estado têm aumentado. Nesta entrevista a delegada reafirma que a maioria das denúncias tem relação à lesão corporal e ameaças¹¹.

Dos atendimentos realizados no CAMUF a principal demanda em relação ao tipo de violência sofrida são agressões físicas e psicológicas. Somente no primeiro semestre do ano de 2010 foram atendidos aproximadamente 115 casos em que os usuários relatam a pratica de violência física e psicológica.

No somatório dos registros policiais, dessas denúncias 63,26% são registradas em Macapá, capital do estado do Amapá. (Secretaria da Justiça e Segurança Pública do Amapá, 2006).

No Amapá tais dados podem ser considerados alarmantes. Em 2008, uma mulher sofria violência a cada 15 minutos, em 2009 este índice subiu para 17 minutos (SEPM, 2009) e os registros de ocorrência na Delegacia de Crimes Contra a Mulher de Macapá, só tem aumentado, em 2008 foram mais de quatro mil registros (DCCM, 2009).

De acordo com relatórios da Policia Militar do estado do Amapá, em média são atendidos 40 chamados de violência doméstica apenas na zona norte da cidade, que lidera os índices de violência doméstica, sendo ela a líder do ranking de registros nos diversos bairros de Macapá. Segundo a estatística elaborada pela Policia Militar, são em média dois chamados atendidos pelo 2º batalhão¹² diariamente em Macapá e nos finais de semana (sábado e domingo), são atendidos em média sete ocorrências¹³ dessa natureza.

¹⁰Dados obtidos na Delegacia de Crimes Contra a Mulher. Os dados referentes ao ano de 2007 foram prejudicados devido a uma greve ocorrida na Polícia Civil que perdurou aproximadamente seis meses.

¹¹ Entrevista concedida ao Jornal do Dia, Macapá em 30 de Junho de 2010. Disponível em http://www.jdia.com.br/pagina.php?pg=exibir_not&idnoticia=24838. Acesso em: 07 de julho de 2010.

¹² O 2º Batalhão de Policia Militar, localiza-se na zona norte da cidade, e é responsável pelo atendimento de chamados de toda a zona norte.

¹³ Dados obtidos no Centro Integrado de Operações de Defesa Social, CIODES Macapá.

A preocupação com a violência hoje coloca-se com questão central de muitos debates em todas as sociedades e se expressa de diversas maneiras. A violência exercida contra a mulher na maioria das vezes é entendida apenas como a agressão física ou sexual, sendo importante falar também que tais agressões afetam a auto estima de quem sofre a violência, afetando a capacidade física e psicológica dessas mulheres.

2.2 – Inovações da Lei Maria da Penha.

Formular uma lei nova não é criar uma estrutura de apoio para dar celeridade e eficiência aos procedimentos propostos seria ato falho. Criar a lei já foi grande inovação, pois antes não existia lei específica para casos de violência doméstica. Com a sua criação foi possível tipificar e definir os tipos de violência (como vimos acima), que uma das inovações trazidas pela lei Maria da Penha.

Uma das inovações da legislação é quanto a sexualidade dos envolvidos, ou seja, determina que a violência doméstica contra a mulher independa de orientação sexual, conforme Parágrafo Único do art. 5º “as relações pessoais enunciadas neste artigo, independem de orientação sexual”. Assim podemos inferir que a lei contempla dentre as formas de relacionamento existentes, a união lésbica¹⁴.

Um dos grandes avanços propostos pela legislação, diz respeito aos procedimentos policiais, a atuação do Ministério Público e a criação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A lei em seu texto completo pode ser exemplo de toda essa inovação, porém destacaremos as de maior relevância para este estudo.

Antecipou-se acima, que antes os procedimentos adotados não eram suficientes para coibir e nem punir os casos de violência. Antes o procedimento feito pela autoridade policial era fazer um resumo dos fatos e registrar num termo padrão (que era igual para todos os casos atendidos) com a lei 11.340 a autoridade policial passa a ter um capítulo específico¹⁵ que prevê quais procedimentos devem ser

¹⁴ Sendo que nestes casos a companheira que oferecer qualquer risco à vida de sua parceira, a que for considerada agressora, será punida. A lei só não especifica como se identificará o papel “masculino” da relação.

¹⁵ Capítulo III Lei 11. 340.

adotados e como devem ser as providências legais cabíveis, no que se refere às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

No que tange a ação policial, diz que a ofendida só poderá renunciar a representação feita na delegacia perante o juiz, sendo necessária audiência específica para tal finalidade. Além de que ao fazer o registro de ocorrência a vítima deve declarar o desejo de prosseguir com a representação, sendo que a autoridade policial ao tomar conhecimento da ocorrência deve tomar providências de imediato. A remessa de pedido de medidas protentivas de urgência deve ser remetida ao juiz no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Antes não era prevista decretação, pelo Juiz, de prisão preventiva, nem flagrante, do agressor. Agora há possibilidade da prisão em flagrante e a prisão preventiva do agressor, dependendo dos riscos que a mulher corre. Além da prisão preventiva o juiz pode pedir também a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003¹⁶;

Como antes da criação da lei Maria da Penha a competência para apurar casos de violência doméstica era dos Juizados Especiais Criminais e estes juizados já possuem uma demanda altíssima era certo que a competência nos casos de violência doméstica, deveriam ficar fora do âmbito dos Juizados Especiais Criminais. Pois o excesso de serviço levou muitos juízes a forçarem desistências e a imporem acordos, por isso o necessário seria a imediata implantação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Sobre este fato Dias (2007, p.302) assim trata:

Enquanto isso não acontecer, certamente ocorrerão sérios transtornos em termos de distribuição de processos e volumes de trabalho, o que forçará a implantação dos juizados especializados [...] afastada a competência dos Juizados Especiais, tal vai redundar em significativa redução de números de processos nestas varas. Em contra partida, haverá um acréscimo muito grande de demandas nas varas criminais.

E foi o que aconteceu até à criação dos JVDFM. No estado do Amapá, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher foi criado em 30 de junho de 2009, já esta em pleno funcionamento.

¹⁶ Tal lei dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, e sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm. Ficou conhecida como Estatuto do Desarmamento.

A criação destes Juizados esta prevista nos arts. 1º, 14, 34.

Art. 1º [...] dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 14 Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 34. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Ainda prevê um capítulo específico para o atendimento pela autoridade policial para os casos de violência doméstica contra a mulher, permitindo a autoridade policial prender o agressor em flagrante, instauração de inquérito policial e possibilidade de remeter o inquérito policial ao Ministério Público (2006, lei 11.340).

A legislação determina que haja à integração operacional entre o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

Isso significa que todas as ações que digam respeito à violência doméstica e familiar devem ser adotadas de forma abrangente e articulada, ou seja, o Ministério Público, JVDFM, Delegacia de Mulheres, entre outros órgão que compõem a rede de atendimento a mulher, devem pautar sua atuação de forma concomitante aos demais órgãos e entidades, públicas ou privadas, que, de forma direta ou indireta, estejam ligados à proteção da mulher agredida.

Nas eventuais reuniões de trabalho ou estabelecimento de estratégias que digam respeito à aplicação da lei ou à sua divulgação, as entidades estaduais e federais ligadas à segurança pública, à saúde, à assistência social, trabalho e habitação, devem ser chamadas à cooperação e à integração, a fim de que cada uma dê parcela de contribuição na sua esfera de atuação.

Ao conceber a celebração de convênios com órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, objetivando a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher, abriu-se caminho para criação de órgão engajados no atendimento a mulheres vítimas de violência.

No Estado do Amapá existe desde a criação da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres, a Rede de Atendimento a Mulher. Composta por: Núcleo de Atendimento a Mulher - NAM, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Amapá – CEDIMAP, Centro de Atendimento à Mulher e a Família – CAMUF, Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher – DECCM, Defensoria Pública do Estado do Amapá – DEFENAP, Centro de Referência e Atendimento a Mulher “Bem Me Quer” – CRAM, Casa Abrigo Fátima Diniz, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – JVDLFM, entre outros.

No que diz respeito ao comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação há um item que reflete a necessidade de atendimento aos homens na Lei Maria Penha. Mais a Lei apesar de incluir medidas que visem a “reabilitação” dos autores de violência, não determina uma obrigatoriedade nem da criação nem do comparecimento do homem ao que se chama de centros de reabilitação.

No estado do Amapá, a criação desses espaços antecede a criação da Lei, visto que o Centro de Atendimento a Mulher e a Família CAMUF, existe desde 2005 e oferecendo atendimento as famílias, mulheres em situação de violência, homens autores de violência e filhos que presenciam a violência doméstica.

No CAMUF agente atende a mulher e a família vítima de violência, e isso inclui o homem. Então aqui agente não vai distinguir ‘aquele é o agressor e eu tenho que tratar mal’, aqui nós somos proibidas de fazer isso. Aqui todos têm o mesmo direito, recebem os mesmos atendimentos, individuais ou em grupo, todos os atendimentos são para os dois, homens e mulheres. (Darlene, Assistente Social CAMUF, Macapá, 2010).

Tanto é que eu já ouvi os homens quando estão verbalizando que o CAMUF é o único órgão que ouve eles. Porque até então a delegacia é só a mulher, chega no juizado é só a mulher, e quando chega aqui no CAMUF eles são bem tratados. (Patrícia, Assistente Social CAMUF, Macapá, 2010).

Tem alguns órgãos que acham que aqui é o lugar dos homens, e não é isso, é que aqui agente atende homem, a mulher principalmente, e o homem porque também faz parte da família. (Darlene, Assistente Social CAMUF, Macapá, 2010).

2.3 - Características sociocultural de mulheres vítimas e homens agressores.

No entendimento da lei, é vítima de violência doméstica toda mulher independente de sua classe social, cor ou condição econômica. Mas em uma análise rápida das condições econômicas e sociais da maioria dos envolvidos em situação de violência doméstica, percebe-se que são oriundos de classes econômicas mais baixas e de famílias desestruturadas.

Na cidade de Macapá, grande parte das vítimas e autores de violência atendidos no CAMUF¹⁷ são casais em situação de união estável e faixa etária de 29 à 39 anos para ambos com 37% para homens e 42% para mulheres, ou seja em plena idade produtiva. Fato que pode comprometer muito mais as mulheres, que com hematomas e escoriações faltam ao trabalho podendo ocasionar demissões.

As faixas etárias acima de 50 anos corresponde a 9%, devido a muitas dessas mulheres terem grande probabilidade de ser viúvas ou estarem separadas, nestes casos as agressões podem ser perpetradas por outros membros da unidade familiar. Ainda tratando sobre a faixa etária das vítimas entre 18 e 28 anos somam 22% dos atendimentos, sendo que estas mulheres tendem a ter filhos pequenos e a ter maior dependência econômica de seus conjugues ou companheiros.

Segundo dados do CIODES¹⁸ os finais de semana são os dias com maior incidência de chamados que denunciam violência doméstica. De acordo com dados da Secretaria Extraordinária de Política para as Mulheres, associada a Sociedade Mundial de Vitimologia¹⁹ aponta que 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a situação de violência. Estes mesmos dados demonstram que 70% dos casos acontecem dentro de casa. O que não quer dizer que delitos conjugais não ocorram fora do ambiente doméstico.

Pressenti que havia alguém na porta da minha casa logo pela manhã as 06:00 hs, como ele tinha me ligado no sábado e domingo por várias vezes, logo vi que poderia estar ali naquele momento, foi aí que liguei para um amigo para que passasse por ali e verificasse se o que previa era verdade.

¹⁷Dados relativos ao primeiro semestre de 2010. Fonte Setor Psicossocial CAMUF.

¹⁸ O CIODES foi criado para integrar os serviços de Disk emergência 190 que antes eram apenas da Polícia Militar. Após a criação do CIODES em 2006 o disk emergência atende aos serviços da Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiro Militar, Polícia Técnico-Científica (Politec), Instituto Administrativo Penitenciário (Iapen) e Guarda Municipal.

¹⁹ O SMV possui sede na Holanda e pesquisa violência doméstica em 54 países, inclusive o Brasil.

Ele estava com uma arma nas mãos ao lado do portão de casa, chamei a policia e com a demora foi tanta, que ele saiu[...] Por medo meu filho pegou o carro dele e me levou ao trabalho, por volta das 07:15 já estava trabalhando, foi um susto só, ele entrou no meu escritório com um estilete na mão, dizendo que eu era uma vagabunda e que me mataria, fui pega de surpresa, quase morri. (Maria, Macapá, 2010).

Percebe-se neste relato que a situação de conflito conjugal transpassa os limites do território familiar, causando conseqüências constrangedoras à vítima em seu local de trabalho. Não o bastante as agressões físicas, há também o constrangimento perante desconhecidos e colegas de trabalho.

Dados traçados pelo CAMUF no primeiro semestre do ano de 2010, indicam que a atos violentos contra mulheres são cometidos por companheiros e ex-companheiros 47% e 26% respectivamente, ficando maridos e ex-maridos com 12% e 4% e irmãos, filhos e pais com 4% cada um. Sendo assim pode-se dizer que as mulheres devem ser educadas para temer os conhecidos e não os desconhecidos, pois esses são mais perigosos que os estranhos.

Com relação a situação econômica e escolaridade percebe-se que a maioria dos homens 32% possuem o ensino médio completo e exercem função na construção civil 51%, neste universo nenhum homem declarou-se desempregado. Entre as mulheres 39% declararam possuir o ensino médio completo e 45% delas declarou não trabalhar, sendo que executam apenas serviços do lar. Este dado faz referência a questão da dependência econômica que é um dos fatores que dificulta a interrupção da violência, tanto a dependência emocional quanto a econômica.

O que pode-se perceber através das observações e entrevistas realizadas no CAMUF foi a presença de mulheres com certo grau de escolaridade 11%, sendo que muitas delas alegam se sentir envergonhadas com a situação de ter que ir ate a delegacia fazer a denúncia, ou de ter que encarar um processo judicial.

Verifica-se em um relato de uma entrevistada, usuária do CAMUF a cerca de um ano, que relata ter pedido a suspensão do procedimento policial com receio de se expor ainda mais:

Por uma questão minha, pelo momento que eu estava passando eu pedi pra delegada titular da delegacia suspender o registro, porque no momento que eu estava fragilizada eu não queria nem um tipo de contato com a pessoa nem via judicial pra não ter que ficar cara a cara com ele, por que vinha na minha cabeça naquele momento toda a retrospectiva do que eu passei, daquilo que eu abri mão, as humilhações que eu passei, então eu pedi pra parar, não foi por pena dele mais foi por que eu não queria de novo me

expor, por que dá outra situação que a pessoa me agrediu verbalmente eu vim na delegacia registrar uma ocorrência contra ela e da segunda vez foi a situação da agressão física. Então pra mim devido a minha educação não era natural/normal ta vindo parar em delegacia isso era até uma questão de constrangimento, então eu pedi pra delegada suspender. (Maria, Macapá, 2010).

Neste caso o acompanhamento no CAMUF, foi a alternativa encontrada para resolver a situação de violência em que a usuária Maria encontrava-se. O receio maior dela era envolver outros membros e sua família em um escândalo ainda maior, e medo também de que isso comprometesse suas relações sociais. E esse é um dos medos de grande parte das mulheres que sofrem caladas durante anos violência e muitas de suas formas.

Homens agressores também se sentem constrangidos com a violência que praticam ao serem rotulados pela sociedade como violentos e agressivos, são recebidos nas delegacias e em outros órgãos de atendimento à mulher como culpados e ponto final. Sem que haja direito a defesa, não que a violência seja justificável em qualquer situação, mas que suas causas sejam detectadas para que hajam políticas públicas realmente efetivas de prevenção e educação não só dos homens agressores mais também as mulheres.

2.3.1 – Percepção da violência por parte das vítimas, em atendimento no CAMUF.

As vítimas de violência doméstica em sua grande maioria são mulheres, que muitas vezes aceitam a situação de violência a que são submetidas em nome de relacionamentos desgastados, onde a dependência financeira e sentimental impera. Nos relatos ouvidos a partir de entrevistas realizadas com mulheres em diferentes estágios de atendimento no CAMUF percebe-se que o objetivo de muitas e a mudança de atitude por parte de seus parceiros, ou até mesmo suas próprias atitudes.

A fala das mulheres vítimas de violência revela que as agressões físicas trazem em anexo às agressões psicológicas e morais.

Eu cheguei aqui no centro depois que eu registrei uma ocorrência contra o meu ex noivo, nos morávamos juntos onde ele me agrediu fisicamente, fora a questão também psicológica, os traumas que ficaram [...] a questão de agressão que eu posso considerar é a moral

De acordo com os dados do Setor Psicossocial o CAMUF, a grande maioria das mulheres relata agressões verbais e morais que desencadeiam agressões físicas que levam ao registro de ocorrência. A violação da integridade física por ser considerada mais grave é a principal forma de violência detectada pelas mulheres, que não reconhecem nos xingamentos e palavras ofensivas tipos de violência.

Em nome de seu relacionamento as mulheres tendem a mudar suas atitudes, modo de vestir, reduzem o ciclo de amizades, etc. para satisfazer as vontades de seus companheiros e também no intuito de evitar situações constrangedoras com cenas de ciúme.

As agressões começam de forma “leve” com empurrões, puxões de cabelo, beliscões, até atingirem o ápice com lesões corporais propriamente ditas. Quando a mulher não agüenta mais a situação e pede para se separar muitos aceitam prometem mudança, na esperança de reatar seu casamento, mais sem o devido acompanhamento a situação reinicia com gravidade ainda maior.

Nos separamos devido a uma das suas agressões que até então não tinha chegado a aquele ponto. Separamos de boa, ficamos amigos, conversávamos muito, ele já estava até de namorada. Eu senti muito por toda a situação, mais superei. Mudei meu modo de vestir, voltei a usar salto alto, a me maquiar, me repaginei. Só que ele não pensou que eu sobreviveria sem ele, e começou a me pedir para que eu desse a ele uma nova chance, que pararia de fumar, de beber, iríamos ter uma vida melhor. E a burra aqui acreditou, deixei que voltasse a morar conosco, assim o inferno começou. Chegava todos os dias em casa trebado, muito mais agressivo, se me visse conversando com outro homem me agredia com palavrões e ameaças. (M. A. R., Macapá, 2010).

O que percebe-se com o relato acima é que o homem não acredita que a mulher possa manter sua vida sem que ele esteja presente, e quando sente que isso pode sim acontecer sente-se impotente e sua forma de demonstrar poder é através da coerção física ou não, como são os casos de ameaça.

A relatos também de relacionamentos que a princípio não apresentavam situações violentas ou agressivas e com o passar do tempo e o desgaste da relação situações violentas começam a aparecer.

Casei cedo, esse relacionamento durou 16 anos, apesar de saber que ele era mulherengo desde o namoro, persisti e casei. No começo foi bom tivemos filhos ele era dedicado, trabalhador, não tinha vícios. Conforme o tempo foi passando, ele foi mostrando quem era, colocou as garras para fora e se transformou em um monstro. No começo me agredia longe das crianças, quando viu que eu não reagia, passou a me agredir na frente

delas. Escondia da minha família, porque era vergonhoso para mim mostrar as marcas da violência [...] não me amava, não me valorizava, me sentia a pior das mulheres, sem contar que me faltava coragem para tomar uma atitude [...] não tive coragem de pedir ajuda pois tinha um medo muito grande do meu ex marido. (Ana, Usuária do CAMUF, Macapá, 2010).

O medo de pedir ajuda é a maior dificuldade encontrada para que as mulheres possam romper a situação de violência a que são expostas. A casa, tida como ambiente relacional onde duas pessoas colaboram para o aparecimento de valores, crenças e ações designadas por nuances de personalidade de cada um. Ambiente que deveria ser seguro e confortável, na sociedade de hoje não é reconhecido como um contrato de propriedade, como já foi anteriormente, mais sim um contrato de funcionamento do casal, onde a violência pode ser um contrato não falado mais permitido entre os pares.

A medida que se percebem vítimas muitas vezes passivas da violência a que são submetidas, buscam de alguma forma reparo para a reconstrução do ambiente familiar, e não querem muitas vezes sua dissolução. Acreditam na mudança do parceiro, mais sem ajuda externa, a tão almejada mudança pode não acontecer. Quando percebem ao longo do atendimento no centro que a separação é a melhor solução, começa uma outra batalha em busca da dignidade perdida ao longo do relacionamento permeado por violência.

Todas as coisas que passei, seja pelas agressões físicas, pela impotência, pela sensação de total incapacidade ante as violências impostas pelo meu ex companheiro me fazem acreditar que nunca mais serei a mesma pessoa... Tudo bem, que seja então... Mas preciso aprender a gostar dessa pessoa que me tornei, pois sou uma sobrevivente que não sabe viver... Que perdeu os elementos que tinha para viver... Todos foram tirados, e eu tenho dois filhos para criar... E eu sou uma profissional e temo não voltar a ser a mesma pessoa. (H.V., Usuária do CAMUF, Macapá, 2010).

Outro fator que preocupa as vítimas de violência é o sustento da prole, a dependência financeira ainda é o maior empecilho à separação, ainda mais quando se tem filhos.

Eu não posso sair de casa com duas adolescentes sem ter parar onde ir, ele tem mais casa tem para onde ir eu não, só que ele diz que não vai sair porque a casa é dele e é eu quem tenho que sair e que eu não tenho direito em nada dele. Durante todos esses anos eu vivi debaixo dos pés dele, ele não me deixava trabalhar nem estudar, sempre disse que eu não precisava trabalhar porque o meu futuro estava feito, e sempre deixava e deixa até hoje a gente passar necessidade de tudo depois de muitas brigas pancadarias e humilhação eu conseguir terminar o 2º grau. Hoje com 36 anos trabalho de faxineira para poder dar as coisas para minhas filhas. Saio para trabalhar e quando chego muitas vezes sou humilhada e chutada para

fora de casa, as vezes tenho que ir dormir nas casas dos vizinhos porque ele quer me agredir fisicamente. Estamos separados de cama a alguns meses, eu não quero mais ele só que ele não aceita a separação não porque gosta de mim, mas sim porque não aceita me dar o que eu tenho de direito. Quando falo que vou procurar a justiça ele primeiro fica bonzinho alguns dias depois volta a fazer e dizer coisas piores comigo. Esta sempre dizendo que se eu colocar ele na justiça para querer alguma coisa, eu posso até ganhar só que eu não vou ficar viva para receber porque ele me mata. (L.C.C., Usuária do CAMUF, Macapá, 2010).

Mesmo com as transformações do mundo do trabalho a mulher ainda sente que a família é um espaço de afirmação de valores e bem estar. Uma das maneiras encontradas para uma fuga mesmo que momentânea é a busca da independência financeira, o acesso ao ensino básico e as oportunidades de trabalho assalariado para as mulheres é tido como um dos fatores de mudança de comportamento. Mais para Bourdieu um dos principais fatores de mudança é sem duvida ao “[...] fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível” (pp. 106).

O que estas mulheres buscam quando procuram auxílio externo é a retomada da autoestima, uma nova forma de conscientização em busca do empoderamento para decidir o que fazer em suas relações conjugais. Quanto à conscientização, mulheres são muito mais conscientes com relação à mudança e admitem muito mais que necessitam de ajuda.

Eu aprendi aqui, ou melhor, acenderam de novo uma luz em mim de ficar me instigando: por que a outra pessoa deve mudar? Nos mulheres sempre pedimos pra outra pessoa mudar, inclusive nas nossas orações, e porque não é agente que muda? Então o CAMUF fez acender essa luz em mim, se eu me compromettesse de novo a ter um relacionamento quem tinha que mudar era eu, e assumir uma nova postura dentro de relacionamento e não que o meu parceiro fosse mudar, agora é claro que se tratando da questão do parceiro pra ele continuar com a companheira dele lá seria interessante que haja esse acompanhamento pros homens, até porque na nossa sociedade, a cultura dos homens eles não procuram ajuda, como aconteceu ainda nesse contato que apesar da agressão eu ainda continuei me encontrando escondido com ele, contanto que ele fizesse esse acompanhamento ele me disse que não era doido, então eu disse pra ele que psicólogo não é pra doido. (Maria, Usuária do CAMUF, Macapá, 2010).

Verificar-se neste discurso o preconceito dos homens com relação à busca de auxílio externo, no pensar que “psicólogo é para doido”. Safiotti (pp. 07, 2005) em seu artigo “Já se mete a colher em briga de marido e mulher” diz que a violência doméstica possui diversas faces, entre elas a rotinização das agressões, e das manifestações agressivas que contribuem para a co-dependência. Neste sentido

cabe ao homem o “[...] dever de agredir, porque macho deve dominar a qualquer custo; e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim determina”. E o acompanhamento por uma equipe multidisciplinar seria interessante para cessar esta pré noção de que homens devem agredir em suas relações afetivo conjugais.

Muitas acreditam neste “destino” que foi construído histórica e ideologicamente, ao longo de muitos anos de dominação masculina. A dominação a que são submetidas não é apenas física mais também simbólica, como nos fala Bourdieu (pp. 46, 2002) “simbólico como o oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente ‘espiritual’”. Para fazer entender a dominação como algo natural.

Tais discursos ideológicos posicionam as mulheres em uma situação que são tornadas fonte de discriminação, colocando as mulheres como seres frágeis e incapazes de resistir aos embates da vida, frente aos homens.

Fui queimada com ferro de passar roupa por me negar a ter relações sexuais com meu marido. Fui à delegacia dar queixa e a delegada perguntou se eu tinha testemunhas do fato. Ora, eu estava ali queimada. Só me senti uma mulher livre para criar meus dois filhos depois que enfrentei meu marido com um facão. Foi só aí que ele parou de me espancar. (Rose, Usuária do CAMUF, Macapá, 2010).

Pode-se perceber também o posicionamento ambíguo das mulheres, como em muitas famílias o homem é o único provedor do sustento familiar e suas mulheres possuem uma quantidade razoável de filhos a prisão do agressor não é a alternativa mais aceita pelas mulheres. O registro da ocorrência serve muito mais para amedrontá-lo, por isso no outro dia muitas vão até a delegacia pedir a suspensão da ocorrência.

Mulheres que vivem em constante situação de violência não são definidas por sua classe social ou nível cultural, pois o machismo e os resquícios do patriarcalismo não distinguem classe, raça ou cor. Mais é fato que as estatísticas não demonstram fielmente o que se passa no cotidiano conjugal. Os dados apresentados servem de parâmetro para estudos e sensos que quantificam os índices de violência doméstica, a fim de traçar novas formas de combate e prevenção a este tipo de violência.

2.3.2 – Percepção da violência por parte dos agressores, em atendimento no CAMUF.

Traçar o perfil do homem violento é complicado, o senso comum costuma defini-los como homens pobres, rudes, com baixa escolaridade, alcoólatra, desempregado, negro, etc. Sendo que tal perfil não passa de um estereótipo. O homem violento pode ser uma excelente pessoa em suas relações extra lar, pode ter uma reputação inquestionável ser um ótimo profissional, um excelente colega, um bom companheiro, e ser extremamente violento com a esposa ou companheira.

Sempre eu dizia que era o melhor marido do mundo até as 18:00 hs, passava disso, o alcoolismo sempre foi marcante. Ameaças de me deixar, bater, matar, sempre era o que acontecia quando chegava da rua. Passava o efeito do álcool, me dizia que não lembrava de nada, e nisso tudo se passaram 27 anos. (M.A.R, Usuária CAMUF, Macapá, 2010).

Ele começou a se mostrar mais agressivo, qualquer coisa gritava muito comigo, me tratava muito mal, eu emagreci muito, passo mal, tenho problemas nervosos, preciso tomar remédios controlados por causa disso. Ele começou a me ameaçar, eu não podia sair de casa, não podia ter amigos, não podia fazer nada. (Luciana, Usuária CAMUF, Macapá, 2010).

Grande parte dos incidentes de agressão ocorre quando as dificuldades advindas das características atribuídas a homens agressores se associam a fatores estressores, tais como: dificuldades financeiras, desemprego, conflitos intrafamiliares. Esses fatores são, por assim dizer, o estopim para que o comportamento violento se desencadeie, mas não devem ser vistos como causas principais ou unilaterais de tal comportamento. O uso de drogas como o álcool é o mais comum agente causador ou motivo alegado por homens e mulheres de agravador dos conflitos conjugais.

Cerca de 32% dos homens acolhidos no CAMUF, alegam ser o álcool um dos desencadeadores de reações violentas, seguido por ciúme com 30%, entre outros motivos como traição com 13%, comportamento agressivo 8%, incompatibilidade de gênios 7%, entre outros.

Eu bebia e cheguei a agredir ela, não foi só uma vez foram varias, e ela chegou a dar parte de mim [...] Muitas vezes eu chegava bebido ela ficava falando coisas que não me agradava, e me acusava de coisas que eu realmente não tava fazendo e acabava nisso, acabava em briga eu quebrava as coisas dentro de casa. (Romildo, Macapá, 2010).

O álcool figura como uma dos principais fatores de afloram os ânimos e causam situações de violência. Mais não deve ser considerado isoladamente.

As informações a cerca do perfil psicossocial do agressor são escassas, devido ao número reduzido de programas voltados a eles, sendo assim tais informações são de difícil acesso. Isto aponta a necessidade de que hajam mais pesquisas sobre esse tipo de violência e sobre intervenções não apenas direcionadas as vitimas, mais também aos agressores.

Mulheres também figuram como motivadoras de atos violentos por parte de seus companheiros. Veremos em no relato de Danilo como isso pode ocorrer.

Minha ex-companheira me dava tapas muito fortes, desproporcionais ao tipo de conversa ou brincadeira [...] quando começamos a ter discussões e brigas ela começou a ter seguidas respostas agressivas, como tapas e joelhadas, além de se engalfinhar em mim tentando me impedir de ir embora, atitudes que eu repelia afastando-a ou simplesmente me afastando. No começo eu insistia em dizer que aquilo não era um comportamento aceitável, mas frente a minha vantagem física eu acabei deixando que isto se repetisse, e se repetiu. Puxando pela memória tenho a tranqüilidade em afirmar que jamais a agredi fisicamente, nem com tapas, nem empurrões, nem resposta física alguma. (Danilo, Usuário do CAMUF, Macapá, 2010).

Inicialmente o entrevistado continha tal situação menosprezando as atitudes de sua companheira, mantendo a sensatez de que se manifestasse alguma reação física o efeito surtiria de forma desproporcional a que ele sofria. É característica peculiarmente humana resistir a certos tipos de situação, a aceitação de manifestações violentas e agressivas no interior de um relacionamento é uma delas. Nem homens nem mulheres devem ser vítimas de agressão em sua relações afetivas, atitudes agressivas e violentas devem ser evitadas, para não culminar em agressões mutuas.

Após uma discussão por telefone ela veio até a minha casa. Ainda na rua em frente a minha residência discutimos mais um pouco, foi quando ela começou a me agredir com tapas e joelhadas ela veio para cima de mim. Prossegui me afastando ao mesmo tempo que a continha apenas a mantendo a distância, fato que foi testemunhado por meus vizinhos [...]. Me descontrolei e a agarrei no braço esquerdo com a minha mão direita e a conduzi forçosamente para a rua lateral a minha casa com menor movimento. Repeti seguidas vezes e asperamente que ela não encostasse mas em mim [...]. Neste momento perdi o controle e coloquei minha mão sobre a sua boca de modo que parasse de gritar. Ela revidou com um forte tapa na minha cara, arranhões e chutes. Segurei a sua perna e a joguei no gramado. (Danilo, Usuário CAMUF, Macapá, 2010).

O depoimento em questão evidencia a grande complexidade que existe em analisar a agressividade existente nos relacionamentos. A análise dialética dos fatos nos deixa claro que não são apenas homens que desencadeiam manifestações agressivas. O que causa certa permissividade as mulheres em ter atitudes violentas é o fato de homens por muito tempo terem seu comportamento agressivo legitimado até mesmo juridicamente (SOUZA, 2007, pp. 184).

O entrevistado em questão procurou ajuda no intuito de entender sua culpa perante a situação acima narrada “Mesmo com o histórico de agressões por parte dela fico confuso ao tentar entender a minha parcela de culpa e acabo por achar que o maior erro foi meu” (Danilo, Usuário CAMUF, Macapá, 2010).

Outros homens tendem a achar que não são violentos nem agressores, e que a mulher após a criação de uma lei específica em sua defesa aproveita a situação para amedrontá-los e coagi-los.

Eu não sou agressor, infelizmente a justiça utiliza termo agressor, eu discordei do juiz na frente de todo mundo não agredir minha esposa tanto que não tem nada comprovado. Esse termo agressor não existe pra mim. Fico até irritado com essa palavra, porque eu não sou agressor. (José, Usuária CAMUF, Macapá, 2010).

A forma com que os homens enxergam a violência que praticam contra suas mulheres e companheiras é a de que não são agressores. E tendem a acreditar que agressividade é algo normal. Os homens que agredem suas companheiras acreditam que isso seja algo comum, que exista e todos os relacionamentos.

A vida a dois é complicada, alguns tem discernimento de sair de casa para evitar uma agressão. Mais algumas mulheres ao conhecer a lei se acham no direito de fazer algumas coisas, não há uma receita, é um conjunto, cada casal é diferente a vivência, a vida a dois nem sempre tem o mesmo entendimento tem pensamentos diferentes que levam a discordância e podem vir às agressões isto leva a violência. (José, Usuário do CAMUF, Macapá 2010).

Indivíduos agressivos tiveram uma infância marcada por situações de agressividade, onde a falta de diálogo dos pais ou com os pais, refletem em seus relacionamentos. E o auxílio externo figura como forma de desconstrução de formas machistas de educação.

Aqui eu escutei coisas que eu não escutei nem do meu pai, que agente sabe que às vezes a criação que agente tem fora não é como a que agente

tem com os pais, por que o exemplo tem que vir dos pais, e tudo isso eu aprendi aqui. Na verdade eu não tinha nenhuma noção do que é ter uma responsabilidade seria assim com os filhos, eu saia e só voltava com dois ou três dias, ficava só bebendo, então eu dava muito motivo pra que ela falasse de mim, ai eu ficava com raiva, ai agente brigava. (Romildo, Usuário CAMUF, Macapá, 2010).

Jaime Souza (2007) em sua tese de Doutorado sobre a agressividade masculina levanta a questão do ciúme como motivo alegado para justificar situações de violência, tal questão é suscitada a partir do momento que grande parte das agressões cometidas contra mulheres justifica-se até mesmo pela suspeita de infidelidade “Ele me acusa de ter amantes que só existem na mente dele, que é muito ciumento e procura me acuar de todas as formas” (Lili, Usuária do CAMUF, Macapá, 2010). A fidelidade feminina ainda é um dos fatos que resistem as transformações, assim como a forma de reagir do homem perante este tipo de situação.

O atendimento psicológico oferecido pelo CAMUF busca atender homens e mulheres como forma de romper a condição de violência doméstica na qual ambos estão inseridos.

Quando você nasce, já entra em uma sociedade onde os valores machistas são colocados em primeiro plano. A educação dos filhos acaba sendo construída com base nestes valores. Os homens geralmente têm poder sobre a mulher por questões culturais, algo que a sociedade coloca desta forma. Então a gente costuma trabalhar o poder do diálogo e o poder de fazer da mulher a sua companheira a ponto de discutir juntos de forma igualitária a relação. (Denise Mescouto, Coordenadora do CAMUF, Macapá, 2010).

Em sua condição de agressor resta aos homens romper as barreiras do pré conceito da cultura machista e se deixarem ajudar. Muitos ao primeiro contato com o centro sentem-se envergonhados e irritados pela forma que foram designados a comparecer, forçadamente como penalidade e no decorrer de seu atendimento alguns percebem que é algo bom que pode ajudar não somente em suas relações conjugais mais também em seu relacionamento com as demais pessoas.

No primeiro momento eu vinha irritado, depois comecei a gostar das oficinas, eu estou para absorver as informações, gosto dos técnicos fui muito bem atendido, eles sabem usar as palavras e joga para nossa vida, mais eu não gosto de falar da minha vida nas oficinas, eu estou aqui para aprender (José, Usuário do CAMUF, Macapá, 2010).

O centro ele ensina muito agente, eles dão palestra para gente saber como agir, em caso ela começar a discutir para gente virar a costa e esfriar a cabeça primeiro para depois conversar, apesar que muitas vezes agente quer fazer isso mais ta naquele ponto de aflição e acaba discutindo seriamente, mais bater nunca mais graças a Deus não acontece. (Romildo, Usuário do CAMUF, Macapá, 2010).

O reconhecimento por parte destes homens de que seu comportamento deve mudar já seria ponto de partida para construírem, com ajuda profissional um ambiente favorável a mudança em seu espaço vivencial. Esse atendimento deve ser direcionado ao casal, e não apenas a mulher como a maioria dos órgãos que lidam com violência doméstica faz, de acordo com Aguiar tal atendimento voltado ao casal “Deve considerar uma redefinição dos limites sobre o que é considerado aceitável em um relacionamento” (2008, pp. 05).

CAPÍTULO 3

O ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR A CASAIS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL NO CAMUF MACAPÁ

3.1 – Histórico da Instituição

O Centro de Atendimento à Mulher e à Família foi fundado em 14 de dezembro de 2005, criado através do Decreto Governamental de nº 4829 de 31 de outubro de 2005. Com discussões cada vez mais constantes a cerca da violência de gênero e principalmente a praticada contra a mulher em âmbito doméstico, o estado do Amapá atendendo a reivindicações dos movimentos populares em defesa dos direitos da mulher, a partir do ano de 2003 iniciou grande avanço nas Políticas Públicas para Mulheres.

Houve durante este período, antes mesmo da criação da Lei Maria da Penha, a criação da Secretaria Extraordinária de Política para as Mulheres, Conselho Estadual do Direito da Mulher, o Balcão de Defesa da Mulher na DEFENAP, entre outros órgãos que compõe a Rede de Atendimento a Mulher em Macapá. E o CAMUF passou a fazer parte desta rede, com uma particularidade: o CAMUF atende também o homem autor de violência, ou seja, o CAMUF presta serviços a todos os envolvidos em situação de violência de gênero, conforme prevê a nova Legislação o centro atua na criação de equipes de atendimento multidisciplinar voltados para a vítima, o agressor e demais familiares.

Dentre os objetivos de sua criação, esta a afirmação de que a problemática da violência de gênero é um fenômeno que demanda intervenção e ação do Estado, para garantir a todos independente de sexo/gênero, raça ou etnia, direitos assegurados na Constituição de 1988.

No ano de 2005, quando o centro foi criado, foram registrados 10.160 casos de violência de gênero, dos quais identificou-se 890 casos de violência doméstica que correspondem a uma amostragem em 06 bairros do município (DCCM/MCP). Sabendo que estes dados não correspondem a totalidade dos casos, pois sabe-se que nem todos os casos chegam à Delegacia da Mulher, por questões como: medo, subjugação, preconceito..., e não tendo condições de haver um cruzamento de dados entre as informações existentes nos diversos espaços sociais e institucionais

que lidam com a questão da mulher instituídos no Estado. Como forma de amenizar tal situação, a criação do centro foi opção para diminuir pelo menos a reincidências das agressões.

A instituição realiza o atendimento para o problema já instalado, com assistência psicossocial e jurídica, e trabalha a prevenção a partir de atividades desenvolvidas em escolas para a desconstrução do machismo. Sendo atendidos casos de violência de gênero em geral, nos aspectos: físico, psicológico, sexual, patrimonial e moral.

A proposta do centro é pautada na questão da garantia do direito à equidade de gênero e direitos humanos, o centro estimula nos usuários(as) a criação de uma nova consciência que favoreça a mudança de paradigmas sobre as questões de gênero. O Centro é parte integrante de uma rede de atendimento à mulher, porém subordinado diretamente à DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL – DGPC, com um quadro técnico formado por especialistas de diversas áreas, tais como: sociólogos, psicólogos, assistentes sociais e advogado, além de estagiários e agentes administrativos, que desenvolvem ações interdisciplinares, por meio de várias estratégias de atendimento psicossocial e jurídico, como forma de garantir a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos no ciclo da violência doméstica.

O CAMUF está localizado no centro da cidade, na Rua Rio Juruá, s/nº, estrategicamente posicionado ao lado da Delegacia de Crimes Contra a Mulher, para maior agilidade de atendimento. Funciona em prédio próprio construído e equipado com recursos do Governo Federal, repassados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP-MJ, e contra partida do Governo Estadual.

No início a principal demanda do CAMUF era oriunda da DCCM, principalmente por conta da proximidade estratégica entre os órgãos. Mais após a criação da Lei Maria da Penha e da implantação no estado do Juizado de Violência Doméstica a principal demanda passou a ser a do juizado, ficando a demanda da DCCM em segundo lugar no quantitativo de atendimentos.



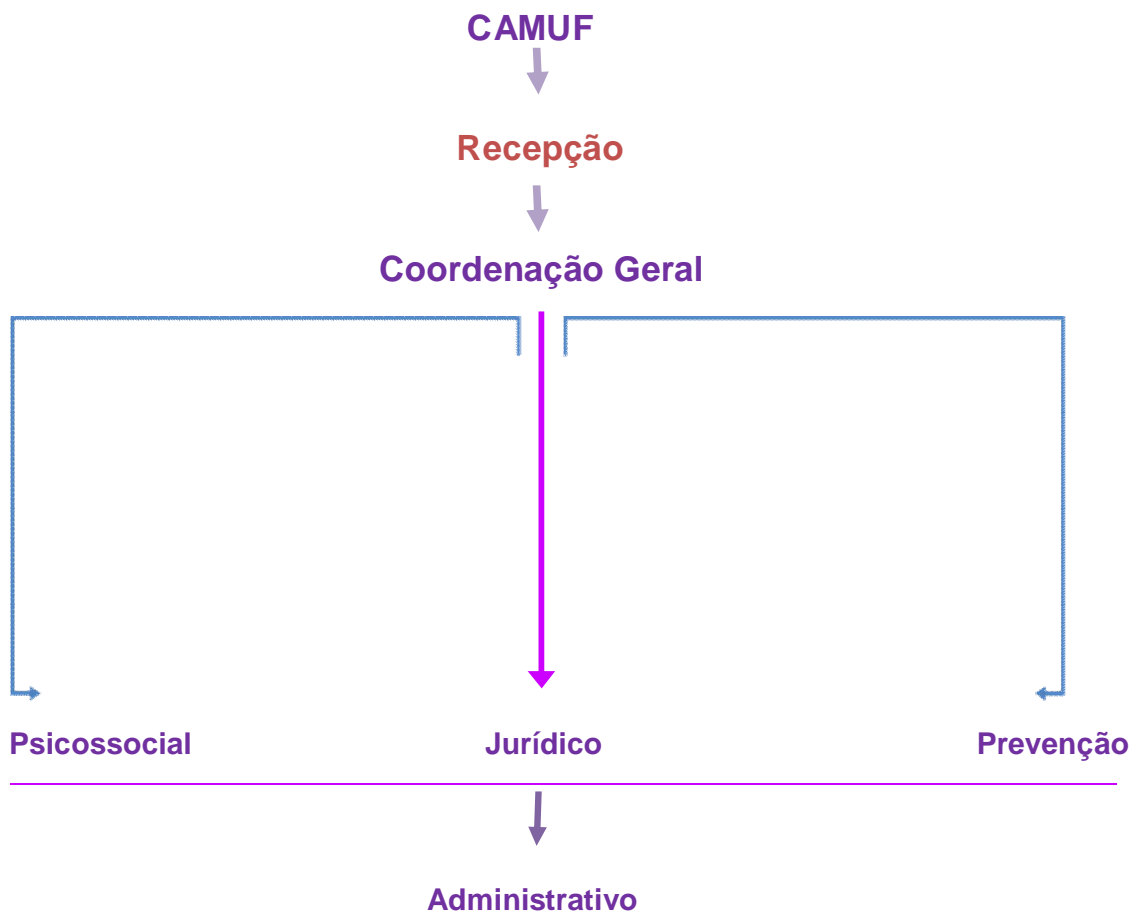
Trabalho de Campo 2010 - Vista frontal do CAMUF

O centro conta com um espaço acanhado, se analisada a crescente demanda de atendimentos realizados. Sendo isto a maior dificuldade enfrentando pelos técnicos que executam seus trabalhos no centro. Questão encontrada na fala da maioria dos profissionais entrevistados.

A principal dificuldade é o espaço físico, a demanda de usuário está crescendo, está vindo principalmente da justiça onde o número de denúncias aumentou. Falta mais técnico para os atendimentos, mais salas, computadores, materiais interno e externo. (Darlene, Assistente Social, CAMUF, Macapá 2010).

Mesmo com relatos dos técnicos de que a demanda do centro aumentou, o centro continua com a mesma estrutura física e material desde sua inauguração. Frente aos resultados obtidos pelo centro o aumento no repassa de verbas seria fundamental para a fluência com eficiência e eficácia dos serviços oferecidos.

3.2 – Estrutura Organizacional do CAMUF



O primeiro contato de todo/a usuário/a com o centro passa pela Recepção, sendo que o atendimento na recepção é feito por turno, sempre tem alguém para atender na recepção. Para que o usuário não espere muito tempo por informações.

A Coordenação Geral é responsável por gerir, supervisionar, administrar e coordenar as atividades do Centro, bem como, representá-lo na esfera pública. A direção geral do centro é feita pela Socióloga Denise Mescouto.

A Coordenação Psicossocial é responsável por viabilizar, coordenar e supervisionar as atividades relativas aos atendimentos psicológicos e sociais. Conta com uma equipe composta por duas (02) psicólogas, quatro (04) assistentes sociais, um (01) sociólogo, uma (01) estagiária de psicologia. O psicossocial é responsável pelo armazenamento e arquivamento das fichas de acompanhamento de todos os usuários do centro.

O Setor de Prevenção, Ensino e Pesquisa é responsável pela coordenação, supervisão e viabilização de atividades relativas às ações educativas, formação de multiplicadores, banco de dados, banco de preservativos, pesquisas de perfis de vítimas e ofensores, bem como de satisfação de usuários. A coordenação do setor de prevenção é de responsabilidade da assistente social Silliene Gonçalves, o setor conta ainda com uma (01) estagiária do curso de pedagogia.

A Assessoria Jurídica fica responsável por oferecer atendimento jurídico de orientação e acompanhamento aos usuários, referente aos seus direitos. Conta com o atendimento de uma (01) advogada.

O Setor Administrativo responsável pelas atividades administrativas referentes a elaboração de documentos, arquivo, cópia de documentos, entre outros. Conta com os trabalhos de um (01) técnico de informática e dois (01) agentes administrativos.

3.2.1 - Tipos de atendimento realizados no CAMUF:

O primeiro cuidado realizado tanto para as mulheres quanto para os homens é o Acolhimento, corresponde ao primeiro atendimento para identificação da demanda e primeiras orientações pertinentes ao caso, sempre individualmente. Identificada a situação como demanda do Centro relativa a violência doméstica e que envolve questão de gênero, nos níveis: física, psicológica e sexual e danos patrimoniais e morais, agenda-se os próximos atendimentos cabíveis ao caso, para avaliação e posterior discussão de caso, para proposição do Plano Terapêutico do usuário. Os acolhimentos seguem uma escala de plantão que serve para que nenhum usuário fique esperando muito tempo por atendimento.

Nesta etapa apenas escutamos que homens e mulheres tem a dizer, o acolhimento tem duração mínima de 30 minutos e máxima de 45 minutos. Serve como um desabafo. Neste momento levamos uma ficha onde vamos identificando conforme o que é relatado quais os problemas enfrentados e qual o atendimento mais aconselhável naquele momento. Ao termino do acolhimento a pessoa já sai com o próximo atendimento agendado com dia e hora marcadas. (Silliene, Assistente Social, CAMUF, Macapá 2010).

Após esta escuta individual o usuário(a) é convidado a participar do Grupo de Acolhimento. Todos devem passar pelo grupo de acolhimento, local onde se esclarece o que é o CAMUF, fala-se sobre a Lei Maria da Penha, esclarece-se

alguns pré-conceitos e mitos a cerca da violência doméstica. Encerrada a etapa de acolhimento o(a) usuário(a) será encaminhado preferencialmente ao atendimento Psicológico individual, afim de detectar qual a real situação emocional vivenciada naquele momento em decorrência do conflito existente em casa.

O atendimento psicológico individual consta de atendimentos semanais, coordenados por psicólogos e a sessão tem a duração máxima de 50 minutos. O ideal seria que todos passassem por este atendimento, mais como a demanda a cada dia vem aumentando e a quantidade de psicólogos(as) no centro é extremamente reduzida, é dada preferência do atendimento psicológico aos usuários vindos justiça. Mais em algum momento os usuários devem passar por tal atendimento, por isso há uma lista de espera.

Os atendimentos podem ser individuais ou em grupo. Uma mesma psicóloga não pode atender o mesmo casal. O atendimento psicológico irá definir quais as próximas etapas de atendimento aconselhadas para cada caso, ou seja, é traçado um plano de ação para cada usuário.

Quando não há necessidade de encaminhamento imediato ao psicólogo o atendimento fica por conta de uma equipe de assistentes sociais, que fazem parte do setor Psicossocial do centro. É realizado por um assistente social, que busca levantar a situação sócio-econômica dos usuários com o propósito de identificar suas necessidades e possibilitar a promoção dos mesmos e a garantia de sua cidadania. Caso seja detectada a necessidade de encaminhamentos a cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou se for o caso a programas de transferência de renda como Bolsa Família. O centro além de tentar resolver a problemática da violência busca a ainda a promoção do indivíduo.

Dentro do atendimento social é realizado o monitoramento. Ele é realizado após a alta do usuário(a) do centro, ou seja, após seu desligamento. Uma assistente social é deslocada após três meses do fim do atendimento, este monitoramento verifica possíveis casos de reincidência, onde é aconselhado que aja o re acolhimento.

Ainda no atendimento psicossocial há as Oficinas Terapêuticas que são encontros semanais em grupo, por gênero, com duração de 1 hora e 30 minutos, coordenado por dois técnicos. Essas oficinas trazem sempre temáticas. Trazem temas como cidadania, ética, etc. as oficinas são o momento de escutar. Ocorrem três vezes por semana. Durante as oficinas um técnico ministra o tema escolhido e o

outro analisa o comportamento dos participantes. É feita a frequência de quem esteve presente. É o atendimento com maior aceitação pelos usuários “[...]comecei a gostar das oficinas, eu estou para absorver as informações, gosto dos técnicos fui muito bem atendido, eles sabem usar as palavras e joga para nossa vida[...]” (Itamir, Usuário do CAMUF, 2010). Neste relato percebemos como as oficinas envolvem principalmente os homens que na maioria das vezes mostram-se arredios com o atendimento.

O centro trabalha ainda, quando se percebe necessário, o Aconselhamento de Casal que é realizado por 01 técnico da área social, visa a mediação de conflito entre o casal, com o propósito de melhorar a qualidade do relacionamento, tendo a duração média de 50 minutos.

A outra vertente da família agraciada com os atendimentos do CAMUF são as crianças e adolescentes que posteriormente a participação de seus pais iniciam oficinas direcionadas de acordo com grupos de faixa etária. Tais oficinas contemplam a temática de violência doméstica.

As atividades ocorrem de forma sistêmica, e demandam certo tempo. Sendo o tempo mínimo 3 meses e não existindo limite máximo. A alta depende da evolução de cada pessoa, por exemplo, Há relatos de usuários a mais de um ano em atendimento. Mesmo que haja desistência de homens e mulheres o objetivo do centro é trabalhar de forma sistêmica afim de construir uma nova realizada na família.

O atendimento é de longo prazo, e busca despertar na mulher a retomada da auto estima, desgastada pelo longo tempo que geralmente permanecem em situação de violência, as vezes até mesmo sem saber que estão sendo violentadas.

Muitas mulheres que vem para o acolhimento encaminhadas pela delegacia de mulheres vão para a delegacia após históricos de agressões físicas. Durante seus relatos no acolhimento e no decorrer do atendimento vislumbramos que antes mesmo das agressões físicas esta mulher já sofreu muito com violência psicológica, moral, sexual e ate mesmo patrimonial sem saber que esses tipos de violência também são puníveis. Ela são buscam auxilio a medida que as agressões físicas aumentam. (Lana, Psicóloga, CAMUF, Macapá 2010).

Já o trabalho desenvolvido com os homens busca desconstruir o machismo tão presente nas relações conjugais. É mais uma trabalho de conscientização do real papel do homem no contexto familiar.

Muitas mulheres que nos procuram a principio não querem se separar. Nos procuram para pedir ajuda, e ao saber que seu companheiro também será orientado elas se sentem muito mais confiantes e estimuladas para continuar o atendimento. (Iamara, Assistente Social, CAMUF, Macapá 2010).

O centro conta ainda com uma advogada que promove orientação e acompanhamento jurídico. As orientações visam a garantia dos direitos da mulher, relacionados a questões cíveis e penais. A advogada auxilia na instrução em casos de haver separação de bens, guarda de filhos menores, pensão alimentícia, etc.

O CAMUF trabalha ainda a questão da Prevenção da violência de gênero e doméstica que dividi-se em dois momentos: demanda espontânea e oferta programada de ações.

A demanda espontânea ocorre quando empresas, escolas, associação de bairros, entre outros procuram o centro para realização de palestras temáticas sobre violência de gênero e doméstica, relacionamento interpessoal, auto estima, ética e cidadania, etc. É feito o agendamento no setor de prevenção, que é responsável por esta demanda.

Já a oferta programada de ações corresponde a formação de agentes multiplicadores. Ao verificar o perfil da vítima e do agressor o setor de prevenção realiza o levantamento dos bairros com maiores incidências de violência doméstica e de gênero. Busca pessoas que identifiquem-se e estejam disposta a trabalhar voluntariamente levando a estes bairros informações acerca de tais temas. Estes agentes multiplicadores podem promover uma espécie de roda de conversa com a comunidade, escutar a demanda dos moradores e verificar possíveis estratégias de intervenção naquele bairro juntamente com outros órgãos do estado.

O CAMUF trabalha com parcerias. A fim de realizar os encaminhamentos necessários. Em casos de necessidade de atendimento médico, psiquiátrico, etc. e também nos casos de encaminhamentos a programas profissionalizantes.

No momento do acolhimento, se percebemos que a demanda não é do centro encaminhamos a pessoa para o local mais adequado. Já houve casos em que a mãe relatou que a filha menor estava sofrendo violência sexual por parte de um membro da família. E o encaminhamento correto a Delegacia de Repressão a Crimes contra a Criança e Adolescente (DERCCA) foi feito. Lá eles contam com uma equipe de psicopedagogos especializados nestes casos, que não constituem demanda para o CAMUF. (Iamara, Psicóloga, CAMUF, Macapá 2010).

O centro promove ações de médio e longo prazo, e possui apenas uma unidade em todo o estado. Há projetos para sua ampliação para os municípios de Santana e Laranjal do Jarí, que ainda não foram executados.

3.3 - atendimentos Terapêuticos a Casais em risco/situação de Violência Conjugal.

A problemática da violência perpetrada por homens contra mulheres tem assumido muita notoriedade nos últimos anos, e recentemente com a criação de legislação específica para esses casos essa visibilidade tem sido cada vez maior. A violência sofrida em âmbito doméstico principalmente a ocorrida em relações conjugais tem chamado atenção pela lesividade e constância com que ocorrem, é uma das preocupações dos profissionais da área policial, saúde e social e buscar formas de diminuir este quantitativo fazendo com que as agressões já ocorridas não voltem a ocorrer.

No Estado do Amapá há tentativas por parte do Governo Estadual de integração entre os órgão de atendimento à mulheres em situação/risco de violência conjugal. Entre os órgão que compõe a Rede de Atendimento a Mulher esta o CAMUF, que por sua especificidade em atender a mulher vítima, o homem no papel de agressor e demais familiares inclusos no contexto da violência.

O atendimento terapêutico oferecido pelo centro iniciou no fim do ano 2005 mesmo antes da criação de Lei Maria da Penha, que trouxe em sua redação capítulo específico ao que tange o atendimento por equipe multidisciplinar. Percebia-se que a mulher que ia até a delegacia realizar o registro de ocorrência e era atendida e orientada pela equipe de psicólogos da própria delegacia, retornava para casa e tempo depois reincidia na situação de violência. Sendo que a mulher recebia acompanhamento psicológico, médico e jurídico, entre outros, na tentativa de favorecer o resgate da cidadania em um ambiente seguro e com amparo profissional para tomar decisões sobre seu futuro, sendo que o homem agressor não recebia nenhum tipo de acompanhamento.

Assim, a segunda parte da dinâmica da violência na família não era abordada diretamente e a compreensão do fenômeno e as possibilidades de intervenção em cada família, com suas especificidades, eram parciais.

Para Saffioti (1997) o sentimento de impunidade faz com que o ciclo de violência se perpetue e nos casos onde falta ainda a conscientização por ambas as partes de que comportamentos violentos não podem ser considerados normais o atendimento terapêutico é recurso. Sendo que a pessoa que busca atendimento no centro não precisa obrigatoriamente ter passado pela delegacia ou juizado, podendo buscar auxílio por demanda própria.

Para a Psicóloga Coordenadora do Setor Psico Social do CAMUF Luciana Cunha, o centro busca fazer um trabalho com as famílias em situação de violência doméstica afim de:

Dar a oportunidade para a mulher vítima e homem que vem no papel de agressor [...] de se reestruturarem fazendo um trabalho psicossocial e terapêutico, para que se trabalhe a melhora dessas relações no sentido que o ciclo da violência seja interrompido, e com isso parando as violências, agressões, ameaças, coações. Para que a família possa se estruturar de uma forma mais saudável em suas relações, seja de relação familiar parental, seja no casamento, união estável, etc. Não só entre o casal homem e mulher mais seus filhos, todos aqueles que estão entorno deles visando uma vida mais saudável resgatando a auto-estima, valorização e proporcionando serem seres humanos mais ativos de uma forma saudável na sociedade.(Luciana, Psicóloga CAMUF, Macapá, 2010).

Nos atendimentos oferecidos não há discriminação entre homens e mulheres, todos são atendidos da mesma forma e podem ter acesso às mesmas etapas de atendimento. Sendo livre a escolha de permanecer ou não frequentando os serviços oferecidos. Por conta disto muitos homens atendidos no centro afirmam que o CAMUF é o único órgão que atende bem o agressor. Por tanto um dos principais metas do centro é a conscientização tanto dos homens como das mulheres de que não precisam permanecer durante anos no ciclo da violência.

Acreditar e admitir que necessitam de auxílio externo é um dos maiores desafios principalmente para os homens, que não vislumbram a violência como algo errado e sim como “normal” dentro de suas relações afetivas. Nas palavras de Saffioti (2005, pp. 05) “raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo” e esta afirmativa é o que ocorre na maioria dos casos, e o CAMUF pode ser este auxílio externo que faltava em alguns casos.

Por ser um tema ainda polêmico e enraizado de pré-conceitos, muitas mulheres sentem-se constrangidas em relatar a situação que estão passando. Além de que há ainda um grande preconceito da sociedade em geral quanto ao tratamento dos homens autores de violência doméstica

Os serviços para homens são ainda em número insignificante e sua criação e manutenção sofrem com a resistência da sociedade, das entidades do Judiciário, além da não compreensão de alguns grupos de mulheres. Pesquisas feitas com a população em geral mostram que mais de 50 % das pessoas acham que a prisão é a sanção mais indicada para homens agressores. Disponível em: www.patriciagalvao.org.br.

Há ainda grande resistência da sociedade em geral e dos movimentos feministas em considerar o atendimento multidisciplinar a homens violentos. Motivo que dificulta a ampliação deste tipo de atendimento. Mesmo com dificuldades centros que oferecem atendimento multidisciplinar vem se multiplicando em todo país. Uma das justificativas para tal crescimento pode ser a vertente educativa trazida na redação da Lei Maria da Penha que garante este tipo de tratamento a homens e mulheres inseridos em contexto de violência doméstica.

Por seu caráter educativo a lei não prioriza sanções máximas como a reclusão total, que é deixada para casos extremamente graves como tentativas de homicídio e casos de flagrante delito. Sendo, portanto uma questão de revisão de valores e a compreensão de que não é normal estar inserido em um ciclo de violência doméstica.

O trabalho terapêutico realizado com os casais busca a resignificação e a compreensão dos problemas enfrentados pelas pessoas envolvidas, o que vai além da definição legal da violência e da noção de controle social. Deve considerar uma redefinição dos limites sobre o que é considerado aceitável em um relacionamento. (AGUIAR, 2009, pp 05).

O oferecido pelo CAMUF segue a mesma vertente e possui basicamente os mesmos objetivos dos demais centros de atendimento espalhados pelos pais. O trecho acima faz parte de um relato da situação de um desses centros localizados no Distrito Federal. Pode-se afirmar que as situações são semelhantes em todo o país.

No CAMUF faz-se uso de varias atividades como forma de envolver os usuários na dinâmica do centro. O papel dos profissionais que atuam diretamente com tal temática de suma importância para o sucesso do atendimento tendo a garantia da não reincidência desse casal.

A postura do terapeuta de manter uma escuta respeitosa daquele paciente, o entendimento da violência doméstica como um fenômeno complexo multifacetado e a capacidade do terapeuta em lidar com a própria

agressividade subjetiva favorecem a formação do vínculo e a configuração do processo terapêutico. (AGUIAR, 2009, pp 05).

Esta criação de vínculos fica evidente quando observa-se a chegada principalmente das mulheres ao centro para algum tipo de atendimento. Principalmente daquelas que encontram-se a mais tempo em atendimento. Mais isto não restringi-se somente as mulheres os homens também recebem o mesmo tipo de atendimento. Todos são chamados por seus nomes como forma de criar um ambiente amistosos entre usuários e funcionários.

Durante as observações ficou evidente que aqueles que se comprometem a participar do atendimento e que admitem precisar de tal auxílio vão com todo esforço e entusiasmo participar das atividades oferecidas. Sendo que a principal meta do centro não é promover a reconciliação do casal e sim dar empoderamento a ambos, para tomar suas próprias decisões dentro de seus relacionamentos e em todas as fazes da vida.

O CAMUF não um centro de reconciliação do casal, mais sim para conscientização da vitima e o agressor, de que a família não venha mais viver no contexto de violência. Dentro das oficinas são apresentados os temas sobre a Lei Maria da Penha, direitos Humanos, alto estima, família , trabalho e etc. maioria dos usuários gostam mais das oficinas. Quando as mulheres chegam pela primeira vez no CAMUF, vem de cabeça baixa sentindo muita vergonha, sua voz bem baixa são comparadas com um botão de rosa todo fechado, com alto estima baixa. Mais quando esta mulher conclui o tratamento ela sai bem diferente de quando entrou, com alto estima elevada. (Patrícia, Assistente Social, CAMUF, Macapá 2010).

Este tipo de trabalho multidisciplinar envolvendo toda a família realizado pelo CAMUF tem sua justificativa: não basta orientar apenas a vitima, todos devem se conscientizar de seu papel no contexto familiar. Acredita-se que dando aos homens a oportunidade de serem ouvidos pode evitar a continuidade no ciclo de agressões.

De maneira geral posso afirmar que os conflitos diminuem. As pessoas que estão em atendimento aqui passam por um processo de auto avaliação. E nos que não diminuem as pessoas se sentem em melhores condições para estar lidando com aquilo e para estar escolhendo e sustentando que caminho vão seguir. (Luciana, Psicóloga, CAMUF, Macapá 2010).

Neste relato de uma das psicólogas do centro pode-se perceber como a dinâmica da violência não cessa de uma hora para outro. Justificando-se assim a sistematização dos trabalhos oferecidos. Na realização das oficinas a temática de

resolução de conflitos e sempre presente, como forma de auxiliar a mediação de tais conflitos durante e após o término do atendimento.

No decorrer dos atendimentos são detectados muitos casos em que a agressividade parte da mulher.

Algumas mulheres percebem-se inseridas no ciclo de violência, ou seja, elas também violentam seus parceiros. E o interessante é que a violência deve ser trabalhada das duas formas do homem para a mulher e da mulher para o homem. Pois muitas vezes a agressividade da mulher principalmente a verbal vem como um mecanismo de defesa, “pra’ eu não ser atacada eu vou atacar”. Esse tipo de situação de agressividade feminina acaba sendo comum. Semana passada participei de um grupo de acolhimento em que a moça falou “é então eu também sou violenta porque eu destrocei o celular do meu companheiro”. O que não dá é pra igualar, porque a força física de um homem é infinitamente maior que a da mulher. (Luciana, Psicóloga, CAMUF, Macapá 2010).

Nas relações amorosas imperam relações de poder, construídas historicamente ao longo de séculos, onde as mulheres sempre subjugadas ao poder masculino não poderiam manifestar qualquer reação de defesa.

O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações deste tipo. (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995).

São estas relações desiguais de poder que são trabalhadas e desconstruídas para homens e mulheres durante o atendimento no CAMUF. Outro agravante dos comportamentos violentos identificados no atendimento é a ingestão de bebidas alcoólicas e outras drogas. É grande a quantidade de casos onde há relatos de embriaguez alcoólica antes das agressões, somente no primeiro semestre de 2010 o álcool foi motivo alegado por 28% das mulheres acolhidas, perdendo apenas para o ciúme que teve 32%.

Grande parte dos atendimentos realizados pelo centro é com pessoas de classe baixa que residem em bairros periféricos. Onde sua condição sócio econômica é completamente instável. Eu particularmente quando vou atender ou uma mulher ou um homem em situação de violência conjugal busco saber quais as condições sociais e econômicas destas pessoas, não para justificar a violência sofrida mais para entender melhor como a falta de estabilidade e tranquilidade econômica atinge essas famílias. Sabemos

muito bem que principalmente os homens tentam camuflar suas fragilidades usando a violência contra aqueles que ele entende ser menores que ele na escala de poder: as mulheres. Quando detectamos este tipo de comportamento percebemos que este homem ao chegar para o atendimento vem com um comportamento autoritário e ao longo do trabalho, porém, percebemos que muitas vezes eles são dependentes, deprimidos e cultivam um sentimento de abandono. (Darlene, Assistente Social, CAMUF, Macapá 2010).

Uma das particularidades do atendimento fornecido pelo centro é a questão do sigilo nos atendimentos. A preservação da intimidade e identidade das pessoas que freqüentam o local. Há muitas pessoas de classe baixa mais há também os de classe média e alta. São servidores públicos, policiais civis e militares, bombeiros, etc. quem sentem grande constrangimento em deixar publico que participam de terapia para amenizar comportamentos violentos. Por isso tantos os usuários, funcionários e visitantes do centro são instruídos a não revelar a identidade das pessoas que por ventura encontrarem em atendimento no centro.

Na avaliação dos funcionários o CAMUF mesmo com pouca estrutura física vem alcançando bons resultados:

Eu acredito muito no trabalho, avaliando o atendimento, eu acho que para o quantitativo de técnicos, pro espaço físico, em cinco anos nos já temos mais de 2.000 usuários acolhidos. Pelo menos duas mil pessoas já passaram por atendimento. E isso você triplica porque cada pessoa vem pelo menos duas vezes por semana para atendimento. Então já foram mais de duas mil pessoas acolhidas, que vieram aqui pela primeira vez. São muitas pessoas. Entre as que participam de oficinas, da terapia, além dos adultos tem ainda as crianças, os adolescentes, sabe, eu acho que o CAMUF tem um impacto social muito grande, e quando você trabalha para quebrar o ciclo da violência, você resgata a auto estima, você lida com doenças secundárias, nos temos casos de alcoolismo, depressão, desvalorização intensa, homens e mulheres com transtorno do pânico, fobia social, entre outros casos psiquiátricos por conta de uma questão específica que é a violência doméstica. E quando você vê que aquela pessoa foi olhada, foi cuidada e teve a possibilidade de receber um atendimento integro, humanizado, os resultados são pessoas melhores, famílias melhores e profissionais melhores no sentido interno, na sua capacidade de lidar e resolver situações de crise familiar. (Luciana, Psicóloga, CAMUF, Macapá 2010).

De acordo com o CAMUF, mulheres que sofrem de dependência emocional não se sentem na condição de receber o amor do parceiro de forma saudável e costumam achar que a pessoa que está lhe agredindo é seu único objeto de desejo.

"A vítima não consegue imaginar sua vida sem àquela pessoa mesmo sob condições de violência. O sentimento passa a ser obsessivo. Existe algo além da relação que faz com que a mulher não consiga romper com o agressor. É nesse caso que ocorrem os crimes bárbaros com o caso Bruno²⁰ ou da dona Ilda²¹" (Denise, Socióloga Diretora Geral do CAMUF, Macapá 2010)

A união da equipe e a visualização de respostas positivas ao trabalho desenvolvido supera as dificuldades e faz com que bons frutos sejam colhidos mesmo com toda dificuldade estrutural e falta de pessoal especializado. O CAMUF tem demonstrado sua importância e mostrado seu valor na sociedade amapaense.

3.3.1 - Visão dos usuários sobre o CAMUF

A maioria dos usuários(as) em atendimento atualmente no centro são demandas do Juizado de Violência Doméstica cerca de 60% são oriundos deste juizado. O restante divide-se entre demanda da DCCM, demanda espontânea e demais órgãos da rede de atendimento à mulher.

No primeiro momento ao se verem em uma situação constrangedora por estarem sendo encaminhados para o atendimento que a primeira vista consideram ser apenas psicológico, os homens principalmente, mostram certa rejeição ao atendimento. Eles acreditam verdadeiramente que não precisam de ajuda, e que só estão ali por determinação do juiz.

Quando conhecem e entendem a dinâmica de atendimento do centro, sentem-se mais a vontade em participar dos atendimentos oferecidos. E isso pode ser observado no seguinte relato:

²⁰O caso do Goleiro Bruno do Flamengo, chocou o país. Bruno manteve relacionamento extra conjugal com a Jovem Eliza Samudio de 25 anos, que esta desaparecida desde 4 de junho de 2010. A jovem foi ao encontro do goleiro em um sítio no município de Esmeraldas em Belo Horizonte juntamente com o filho de 6 meses, fruto do relacionamento com o goleiro, que não queria assumir a paternidade da criança. Após uma denúncia anônima de que a jovem teria sido espancada e morta a polícia iniciou as investigações que a cada dia apontava indícios macabros da execução da jovem. Em 2009 Eliza já havia registrado queixa na Delegacia de Atendimento a Mulher (Deam) no Rio de Janeiro, por espancamento e facilitação de aborto acusando Bruno por tais crimes. O corpo de Eliza não foi encontrado e Bruno segue preso.

²¹ Ilda Santos Pantoja de 34 anos de idade foi brutalmente espancada por seu companheiro Candido da Silva, o crime ocorreu na residência do casal no município de Macapá. Ilda foi socorrida e encaminhada ao Pronto Socorro mais não resistiu aos ferimentos e faleceu no dia 1ª de julho. Candido esta foragido.

Eu nunca tinha sido preso antes, e não conhecia o CAMUF e nem a Lei Maria da Penha, por que agente brigava mais ela nunca chamava a policia, ate que chegou um ponto que ela não agüentou mais [...] ser encaminhado pra cá foi ate bom por uma parte que pelo menos a nossa vida já mudou muito através desse trabalho aqui. Aqui é muito bom. (Romildo, CAMUF, 2010).

No caso dos homens, o CAMUF trabalha as questões de educação de gênero que propõe mudar o comportamento agressivo que leva à desestruturação familiar, ou seja, o atendimento psicológico, social e jurídico também é aplicado aos homens que agredem.

O centro ele ensina muito agente, eles dão palestra pra gente saber como agir, em caso ela começar a discutir pra gente virar a costa e esfriar a cabeça primeiro pra depois conversar, apesar que muitas vezes agente quer fazer isso mais ta naquele ponto de aflição e acaba discutindo seriamente, mais bater nunca mais graças a Deus não aconteceu. (Romildo, Usuário do CAMUF, Macapá 2010).

O CAMUF tem pessoas bem capacitadas para fazer este trabalho. O objetivo do CAMUF não e reconciliar o casal, mais é lógico com o trabalho deles as pessoas vão refletindo e acabam voltando, o objetivo e mostra como se deve viver em família. (Itamir, Usuário do CAMUF, Macapá 2010).

Aprendi aqui como lidar com meus impulsos. As oficinas ensinam que devemos saber sempre a hora de parar em uma discussão entes que algo pior aconteça. O CAMUF ajudou muito na reestruturação do meu casamento. Nunca desejei me separar da minha mulher, mais chegamos a um ponto que ela quase se separa de mim. Hoje não vou dizer que as brigas acabaram não, mais tem um intensidade muito menor que antes de freqüentarmos o atendimento. (Jeferson, Usuário do CAMUF, Macapá 2010).

Dentre os entrevistados dois já estão completando um ano de atendimento no centro juntamente com suas companheiras. E o outro esta a menos de dois meses em atendimento. Mais ambos demonstram que estão gostando do atendimento oferecido principalmente por não serem tratados com indiferença. Todos afirmam que na DCCM não são nem ouvidos, já saem sendo tachados de agressores, e que sua situação não tem jeito.

Quando minha mulher me denunciou e fomos para a delegacia de mulheres, fomos encaminhados pra uma audiência com uma psicóloga da delegacia. Não gostei muito. Parecia que o que ela queria era que voltássemos pra casa como se nada tivesse acontecido. Já aqui no CAMUF eles me ouviram e ouviram minha mulher pra tentar entender o que se passava de errado em nosso casamento. Fizeram um trabalho de reeducação, ouvi coisas aqui que deveria ter aprendido com meu pai em casa, mais não era o que acontecia. Agora entendo que a vida a dois

precisa de sacrifícios, de entendimento e conversa. Mais antes de tudo o CAMUF me fez entender que eu precisava de ajuda. (Jeferson, Usuário do CAMUF, Macapá 2010).

No decorrer do atendimento muitos usuários percebem que a reconciliação não é o caminho mais acertado.

Eu vim para o CAMUF porque na delegacia de mulheres, a assistente social da delegacia nos encaminhava pra cá pra nós conciliarmos, se haveria a possibilidade de retornarmos, ele se propôs a fazer o acompanhamento no CAMUF e eu também. Só que no decorrer desse acompanhamento foi que eu descobri que ele tinha outras muitas outras mulheres então eu abri mão dele e nos separamos definitivamente. (Maria, Usuária do CAMUF, Macapá 2010).

Esta é uma situação comum no centro um dos lados do casal perceber que a separação é a situação mais acertada a seguir. Sendo que o objetivo do centro não é de maneira nenhuma a reconciliação do casal. Muito pelo contrario, e fazer com que as pessoas não se envolvam mais em situações de violência doméstica, tanto homens como mulheres. Mesmo que passem a construir outros relacionamentos que esta situação de violência não ocorra mais.

O fato é que a maioria dos usuários mostram-se satisfeitos com o atendimento do CAMUF.

O projeto em si é excelente, e isso aqui é só um projeto e eu achava que deveria ser efetivado. Pra alguns o tempo às vezes depende da intensidade que você vive um relacionamento, é muito relativo, eu posso dizer que eu meu relacionamento com o CAMUF a nível do meu bem foi bastante intenso as meninas (funcionárias do centro) eu não tenho nada a reclamar, a partir da pessoa que atende a gente lá fora (recepção) pra gente esperar até dar nosso horário, a parte da oficina pra mulheres quem esta a frente também são excelentes tão sempre de alto astral, todos eles (funcionários do centro) eu não tenho nada a reclamar. (Maria, Usuária do CAMUF, Macapá 2010).

Eu ate mesmo chego a comentar com outras pessoas sobre o centro que se tiver algum problema de discussão, ai eu indico por que aqui é bom, pra mim se você chega aqui stressado você sai tranquilo, se você ta conversando com uma pessoa que ta te dando bom atendimento conversando contigo coisas boas você vai sair com o coração uma maravilha. Pelo atendimento que eu já tive aqui eu mudei muito. (Romildo, Usuário do CAMUF, Macapá 2010).

O CAMUF acolhe realmente agente com certeza na medida do possível eles tentam ajudar agente, agente que eu digo sou eu meus filhos, então tipo assim, encontrar novos horizontes. (Maria Santos, Usuária do CAMUF, Macapá 2010)

O centro realiza uma pesquisa de satisfação com todos os que utilizam o atendimento. A pessoa não precisa se identificar. E na avaliação feita a cada fim de mês. A satisfação é de cerca de 99%, entre homens e mulheres atendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se no decorrer da realização desta pesquisa que as discussões em torno da problemática da violência doméstica no ambiente conjugal, vêm apresentando maior notoriedade após a criação da Lei Maria da Penha. A mobilização social que levou a criação desta lei proporcionou também maiores debates em torno do tema.

A redação educativa trazida na lei possibilitou a criação de espaços onde a reeducação de gênero é a pauta principal. No caso em estudo há especificidades a serem consideradas. O Centro de Atendimento à Mulher e a Família CAMUF foi idealizado ainda no ano de 2005 antes mesmo da criação da lei, que vislumbra a criação de centros como o CAMUF para atendimento a mulher e ao agressor. Sendo que o CAMUF contempla toda a família que esteja envolvida no ciclo da violência.

No estado do Amapá houve pioneirismo quanto a criação de uma Rede de Atendimento a Mulher, que possibilitasse o atendimento humanizado as mulheres que submetidas a situações degradantes em seus relacionamentos afetivos conjugais, também eram discriminadas nas Delegacias de Mulheres, que até hoje não possuem profissionais capacitados para este tipo de atendimento. Nos relatos das entrevistas realizadas, percebemos o quanto as mulheres resistem a fazer a denúncia na DCCM, por questões como vergonha, medo, e também com receio da discriminação social.

Em sua maioria elas não buscam a separação e sim a mudança de comportamento por parte de seus parceiros, que necessitam tanto quanto elas de apoio profissional. Principalmente na questão psicológica de ambos. Esta pesquisa nos viabilizou perceber as conseqüências de uma relação violenta, não apenas no que tange a violência física, mais principalmente a moral e psicológica, que interferem nas relações simbólicas constituídas por mulheres e outros integrantes no núcleo familiar.

Frente a isso se faz necessária uma discussão ampla sobre os fatores que levam a violência conjugal, para que assim possa se prevenir e reduzir a violência que ocorre dentro dos lares, que deveria ser um lugar de segurança, paz e amor para as famílias a violência tomou conta, muitos dos lares estão sendo destruídos por conta do ciclo da violência. É preciso que as instituições se envolvam, mas

nesses fatores sociais, que acionam estes conflitos. Pois com união dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e outras áreas, assim poderá criar uma política, mas viável para essa problemática, que ocorre por diversos fatores como: emocional, financeiro e social, que atinge na maioria famílias de baixa renda por não terem condições favoráveis a uma melhor qualidade de vida.

No decorrer das entrevistas e observações feitas no CAMUF, pudemos perceber que o atendimento oferecido pelo centro proporciona a homens e mulheres a reflexão sobre seu comportamento no interior da relação conjugal. As oficinas juntamente com os atendimentos psicológicos individualizados norteiam a questão da repressão a novos comportamentos violentos, por parte de ambos, pois ficou evidente com a pesquisa que comportamentos agressivos partem tanto dos homens como das mulheres.

O centro atende mulheres vitimizadas por conflitos familiares com diversos membros da família, mais os atendimentos que possuem maior destaque são provenientes de conflitos conjugais principalmente os que são encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica de Macapá. Sendo, portanto a demanda judicial a principal “fornecedora” de usuários para o CAMUF.

A prevenção é tratada no centro através de programas educativos que podem ser solicitados por empresas e órgãos governamentais, ou através da formação de agentes multiplicadores, que desenvolveram trabalhos educativos com a temática de gênero e violência, nos bairros em que são detectados a maior incidência de denúncias por violência doméstica.

Os serviços de atendimento a mulher vítima de violência doméstica estão concentrados apenas na capital Macapá, ficando os demais municípios a margem de tais atendimentos. Somente os municípios de Santana e Laranjal do Jarí contam com delegacias de atendimento a mulher. Há projetos do governo do estado para a implantação de mais duas unidades do CAMUF em Santana e Laranjal do Jarí, que por questões políticas ainda nem saíram do papel.

Das entrevistas realizadas no CAMUF com vítimas e agressores observamos que os casos ocorrem na sua maioria por ausência de uma estrutura familiar adequada como: falta de emprego do agressor ou da vítima, salários baixos, vícios, bebidas alcoólicas, drogas, mínimo de acesso a educação, saúde, lazer e outras, são influências que podem levar a violência física, moral, psicológica e sexual. Ou seja, a completa desestruturação do ambiente familiar.

A mulher quando vive uma relação de total dependência do companheiro é mais difícil de sair do ciclo da violência, ela se fecha para a sociedade e vive de acordo com as normas exigidas pelo seu companheiro. Elas acham que não tem forças para sair desse ciclo por medo, falta de apoio da família ou de órgãos públicos e pouca ou quase nenhuma qualificação profissional. A mulher acha que não vai conseguir sobreviver sem o auxílio do companheiro. São vários fatores que a vítima de violência coloca para não se separar do companheiro. Com o atendimento no centro muitas conseguem perceber que não são obrigadas a permanecer nesse relacionamento conflituoso. Uma das grandes surpresas nas entrevistas realizadas com a psicóloga e assistentes sociais do centro é que grande parte das mulheres ao fim do atendimento optam pelo fim do relacionamento.

Tal decisão pode estar condicionada a resistência do companheiro em prosseguir no atendimento. O que faz com que a conscientização atinja apenas a mulher, quando na verdade deveriam estar os dois sujeitos as mudanças proporcionadas pela nova forma de pensar.

Percebemos também que a desistência é maior com os homens, por questões como o machismo, e a justificativa de que não tem tempo para concluir o atendimento, a maioria dos homens não finalizam o atendimento. O que compromete o andamento inclusive de seu processo judicial se for o caso.

A questão das reincidências não puderam ser veementemente verificadas. O setor de prevenção que é o responsável pelos levantamentos estatísticos do centro não computa esses dados. Faz o levantamento apenas dos novos atendimentos. Sendo que pudemos traçar conclusões sobre as reincidências apenas com o que foi dito pela psicóloga e pelas assistentes sociais.

Ficou concluso que as reincidências ocorrem geralmente quando a vítima ainda esta em atendimento. Onde foram detectadas pelas assistentes sociais novos casos de agressões. Sendo que ao fim do atendimento na etapa de monitoramento, não foram registrados pela equipe responsável pelo monitoramento nenhum caso de reincidência. Esta infelizmente foi uma questão que não ficou bem esclarecida, por conta da ausência desses dados por parte da direção do centro.

O serviço de levantamento estatístico de tais questões, deve ser de fundamentam importância para justificar novos investimentos e um projeto de reestruturação de espaço físico e contingente humano para o centro.

Pode-se afirmar que hoje a maior dificuldade do centro é o espaço físico extremamente reduzido, se comparado a demanda atual do centro. Falta material de expediente além de corpo técnico especializado. Para se dividir em dois turnos de atendimento.

O ideal seria o remanejamento das atividades do CAMUF para um outro prédio, visto que, o espaço atual não tem possibilidade de ampliação pois foi construído onde era a garagem da DCCM. O governo do estado deveria investir mais em projetos como o CAMUF, pois é evidente que o foco da prevenção e coerção a violência doméstica, não pode ser apenas a mulher. Tem que ser os dois, os homens também estão inseridos nesta problemática.

Acreditar na completa eliminação da violência contra a mulher seria um grande devaneio. Podemos acreditar da redução desses índices. Para isso se faz necessário maior comprometimento de órgãos da esfera pública e também privada. A conscientização de que violência não é normal deve partir do próprio seio familiar. E já é comprovado que a prevenção é mais viável que a remedição do conflito já estabelecido.

Finalmente, conclui-se que a violência contra a mulher deve ser debatida mantendo o foco em ambos os atores sociais envolvidos: homens e mulheres. Por se tratar de um fenômeno social complexo, deve demandar do poder público maiores investimentos em projetos que possuem o intuito de modificar a forma dos casais de pensar o ambiente familiar. A fim de constituir ambientes familiares livres do ciclo da violência doméstica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. H. Machado de. **O atendimento terapêutico a casais em situação de violência doméstica no contexto judicial.** Disponível em: http://www.iesb.br/novosite/Home/graduacao/Direito/arquivos/cadernos/Atendimento_Terapeutico.pdf

BRASIL. Secretária Estadual da Justiça e Segurança Pública. **Violência Contra a Mulher.** Macapá, 2006. (Informativo).

BRASIL. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 – **Lei Maria da Penha.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso 19 de agosto de 2007.

BORDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.

CESPEDES, Livia (Org.). **Código Penal e Constituição Federal Brasileira.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CESAR, Ana M. R. V. C. **Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)?** Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf.

Acesso em 28 de abril de 2008 às 10:57h.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. Adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos em 6 de junho de 1994.

CONVENÇÃO PELA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER. Adotada pela Resolução nº 34/180 da Assembléia das Nações Unidas, em 18.12.1979. Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 93, de 14.11.1983. Ratificada pelo Brasil (com reservas), em 01.02.1984. Promulgada pelo Decreto nº 89.406, de 20.3.1984.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: A Efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DINIZ, Normélia M. F. LOPES, Regina L. M. **Violência Conjugal: vivências expressas em discursos masculinos.** Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0080-62342003000200010>
Acesso em 23.07.2009 às 10h26min.

GUEDES, Rebeca N. SILVA, Ana T. M. C. da. COELHO, Edméia de A. C. **Violência conjugal**: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero. Artigo publicado no site da UFG. Disponível em <<http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n2/pdf/v9n2a06.pdf>> acesso em 23.07.2009 às 09h37min.

MENDES, Romeu. **Métodos de investigação em ciências sociais**: o estudo de caso. Revista digital. Buenos Aires, 2003. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Bruxelas, 2002. Publicado no site

QUEIROZ, Tereza C.da N, BARBOSA, Vilma de L (Org.). **Gênero como Configuração da Desigualdade – O gênero desvelado**. In: **Desigualdade e Diferença na Universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró Reitoria de Extensão, 2006. (Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes).

SAFFIOTI, Heleieth I. **Contribuições Feministas para o Estudo de Gênero**. Artigo publicado no site da UNB. 2005.

_____. **Já se Mete a Colher em Briga de Marido e Mulher**. Artigo publicado no site da CFÊMEA. 2005.

_____. **Violência doméstica ou a lógica do galinheiro**. In M. Kupstas (Org.). *Violência em debate*. São Paulo: Moderna. 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. 1988. Tradução Christine Rufino Dabat, Recife, In: Wânia Pasinato Izumino. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. - 2ª edição. São Paulo. Annablume: FAPESP, 2004.

SEABRA, Giovanni de F. **Pesquisa Científica**: o método em questão. UNB, Brasília, 2001.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). - 3. ed. - São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. **Violência Otelica**: A agressão masculina nas relações conjugais. Tese de Doutorado Universidade Federal do Pará. Belém, 2007. Pp. 186.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

FICHA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo a utilização das informações prestadas durante esta entrevista que serão utilizadas para o Trabalho de Conclusão de Curso das acadêmicas Emilia Silva e Riane Farias da UNIFAP.

Assinatura: _____.

Macapá, _____ de _____ de 2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Roteiro para entrevista com funcionários do CAMUF

01 – Nº da entrevista:

02 – Entrevistada(o):

03 – Cargo/função:

04 – Tempo de trabalho no CAMUF:

05 - Qual o principal objetivo do CAMUF?

06 - Qual a(s) maiores dificuldades do centro?

07 - Como você classifica o atendimento do centro durante os quase 5 anos de criação?

08 - Qual a maior demanda de usuários do centro?

09 - Há algum tipo de treinamento para os funcionários?

10 - Como funciona a questão da prevenção?

11 - Qual o perfil econômico e social dos usuários do centro?

12 - O grau de desistência? Quem desiste mais homens ou mulheres?

13 – Há casos de reincidência?

14 - Como avaliam o atendimento oferecido? Acha que favorece de alguma maneira a reeducação de agressores e vítimas?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Roteiro para entrevistas.

01 – Nº da Entrevista:

02 – Data:

03 – Entrevistada:

04 – Estado Civil:

05 – Profissão:

06 – Qual a sua idade?

07 – Qual a sua escolaridade?

08 - Bairro onde mora

09 - Renda familiar

10 - Como conheceu o CAMUF

11 - Conhece a lei Maria da Penha (indagar um pouco mais sobre a lei)

12 - Como você se sente no papel de vítima/autor?

13 - O que você entende por violência contra a mulher?

14 - Que tipo de atitudes podem ser consideradas violência praticada ou sofrida?

15 - Em sua opinião, o que leva um homem a agredir uma mulher?

16 - Como é/era o relacionamento de vocês?

17 - Qual o tipo de violência sofrida/praticada?

18 - A quanto tempo sofre/ou pratica violência?

19 - Registrou ocorrência na DCCM Macapá?

20 - Qual o motivo?

21 - Quem praticou/sofreu?

22 - Qual a procedência (Justiça, DCCM, demanda espontânea.)

23 - A quanto tempo esta em tratamento?

24 - Você já havia conversado com seu companheiro(a) antes sobre as agressões para tentar mudar as atitudes do mesmo?

25 - O que você espera do atendimento do CAMUF? Correspondeu a suas expectativas?

26 - Você já havia procurado auxílio externo para solucionar o ciclo de violência existente em seu relacionamento?

27 - Depois da passagem pelo CAMUF, o que mudou em seu relacionamento?

28 - Como se sente hoje? Algo mudou em seus relacionamentos?

29 - O que você sente hoje por seu companheiro/ex-companheiro?

30 - Você acredita que a violência dentro de casa prejudica a família? Quais são esses danos?

Agora fale um pouco de sua relação com o centro.